



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 139

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 139

132ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Mensagens 03

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 14

Pequeno Expediente:

Dep. Luiz Eduardo Cheida 16

Dep. Antonio Belinati 17

Dep. Luciana Rafagnin 19

Dep. Professor Lemos 20

Dep. Reni Pereira 20

Dep. Tadeu Veneri 21

Grande Expediente:

Dep. Neivo Beraldin 22

Dep. Edson Strapasson 24

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 17

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins 26

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato 27

Liderança do DEM

Dep. Plauto Miró 28

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello 30

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 32

Discussão/Votação

Redação Final 33

3ª Discussão 34

2ª Discussão 34

1ª Discussão 36

Requerimentos 38

Encerramento da Sessão 40

Publicações:

Presidência

Atos 40

Atas de Comissões

Constituição e Justiça 40

Redação 41

Publicações Administrativas:

Resumos de Pregões 43

DIÁRIO Nº 139

132ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

16 DE NOVEMBRO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse,

Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Felipe Lucas, Chico Noroeste, Douglas Fabrício e Pedro Ivo (04)

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz Accorsi, Osmar Bertoldi, e a Sra. Deputada Rosane Ferreira (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 149/09 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 138/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, por considerá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CEE/CC 3670/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil, restituindo a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 360/09 de autoria do Deputado Elton Welter. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 16/11/09.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, comunica sua ausência nas sessões Plenárias dos dias 09, 10, 11 e 12 de novembro do corrente ano, por motivos de repouso médico após cirurgia, conforme atestado em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente.

(a) JONAS GUIMARÃES

OFÍCIO Nº 238/09

Curitiba, em 16/11/09.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 16/11/09 - hoje - por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando minhas bases eleitorais e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

Mensagem

MENSAGEM Nº 109/09

Curitiba, em 13/11/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 14260, de 22/12/03 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA), assim como aprovar tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2010.

A alteração proposta versa sobre as fichas de compensação, pois constatou-se, nos últimos exercícios, um volume representativo dessas fichas distribuídas para o pagamento do IPVA, que não são entregues pelos correios aos destinatários por falta de localização de endereço. Essas fichas acabam sendo inutilizadas.

No exercício de 2009 foram expedidas 2.929.380 fichas de compensação e distribuídas aos contribuintes paranaenses. Em recentes estudos constatou-se que, no período de janeiro a março de 2009, foram utilizadas 760.427 fichas de compensação, o que indica a utilização máxima de 25,95%. No mesmo período ocorreram aproximadamente dois milhões de recolhimentos de IPVA para o exercício 2009.

O custo da confecção e distribuição da ficha de compensação para o IPVA 2009 resultou no gasto de R\$ 3.146.250,23 (três milhões, cento e quarenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e três centavos). Em relação à quantidade de documentos utilizados, a manutenção dessa sistemática é incompatível com o princípio da economicidade.

A Secretaria de Estado da Fazenda disponibiliza, no endereço eletrônico www.fazenda.pr.gov.br, de forma gratuita, a emissão da guia para pagamento de IPVA no Banco do Brasil ou a emissão da “ficha de compensação” para pagamento em qualquer posto da rede bancária. O contribuinte tem a possibilidade de dirigir-se a

uma agência do Banco do Brasil com o número do Renavam do veículo e efetuar o pagamento do IPVA, sem a necessidade de emissão de qualquer documento.

Com inovações como o sistema de Débito Direto Autorizado (DDA), os boletos de cobrança em papel devem ser gradativamente substituídos pela cobrança em meio eletrônico. O DDA é um mecanismo que centraliza todos os débitos num só banco. Em vez de receber boletos pelo correio, com risco de extravio, ou de, por exemplo, ir viajar, esquecendo-se de levá-los para efetuar os pagamentos, o cliente os terá diretamente em seu computador, onde poderá conferi-los e autorizar seus débitos, ou recusá-los.

O lançamento do IPVA é amplamente divulgado nos meios de comunicações e por meio de edital no Diário Oficial do Estado, com a apresentação da tabela de valores venais, o calendário com os prazos de pagamento e a forma de obtenção do documento em seus diversos canais.

Por último, altera de R\$ 100 para R\$ 250, a competência do Secretário de Estado da Fazenda para dispensa de débitos relativos ao IPVA, não quitados, em razão do previsto na Lei nº 15354, de 22/12/06, que limita as execuções fiscais ao valor de 5 UPF, compatibilizando com os valores dispensados pela Lei nº 16017 de 19/12/08.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei nº 14260, de 22/12/03:

I - os parágrafos 1º e 3º do artigo 9º passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º A autoridade administrativa procederá ao levantamento dos dados cadastrais relativos aos sujeitos passivos, proprietários de veículos automotores registrados, matriculados ou inscritos no Estado do Paraná, publicando edital de lançamento no Diário Oficial do Estado - DOE, que conterá a tabela de valores venais aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o calendário de vencimento da obrigação tributária e a forma de obtenção do documento de pagamento, edital esse que ficará disponível na página da internet “<http://www.fazenda.pr.gov.br>” da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA.

§ 3º A falta de pagamento do IPVA no prazo legal implicará a exigência de multa e de juros de mora, nos termos desta lei.”

II - o *caput* do artigo 19 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. Fica o Secretário de Estado da Fazenda, mediante ato administrativo, autorizado a cancelar os créditos tributários, ajuizados ou não, lançados com antecedência de quatro anos ao exercício corrente, relativos ao IPVA, cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$ 250 (duzentos e cinquenta reais).”

Art. 2º Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º da Lei nº 14260, de 22/12/03, a tabela de preços médios de veículos elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE, para ser utilizada como base de cálculo do IPVA, para o exercício de 2010, e que constitui o anexo único desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Indicações

INDICAÇÃO Nº 924/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde a construção do Hospital Regional Metropolitano Norte.

O Deputado Edson Luiz Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin, a construção de um Hospital Regional Metropolitano Norte, visando um atendimento eficiente e de qualidade a população da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

A solicitação da construção de referido Hospital, faz-se necessária devido ao fato dos Municípios que compõem a Região Metropolitana de Curitiba apresentarem uma carência muito acentuada de atendimento nas questões que envolvem a área da saúde.

A Região Norte hoje é formada por uma população de aproximadamente 500mil/habitantes que quando necessitam recorrer a procedimentos de média e alta complexidade deslocam-se a Centros de Referência de Curitiba, tendo dificuldade de acesso a saúde, uma vez que o atendimento prioritário está voltado a população da capital.

Diante disto, e visando maior rapidez e agilidade na área da saúde e especialmente á população dependente do SUS, a construção deste hospital pode suprir a deficiência em torno das questões de saúde na Região Norte.

INDICAÇÃO Nº 925/09

SÚMULA:

Sugere a liberação de uma ambulância para o Município de Jaguariaíva.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva:

O Deputado Plauto Miró dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1. Que seja viabilizada a doação de uma ambulância para o Município de Jaguariaíva.

2. A apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações da população, do Município de Jaguariaíva e Região do Sertão.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 5506

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, COMUNICA a Mesa Executiva desta Casa de Leis a sua ausência nas Sessões Ordinárias realizadas nos dias 17 e 18 de novembro do corrente ano, em virtude de viagem a Brasília para participar do Congresso da Confederação Nacional das Indústrias, representado esse Poder na condição de Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 5507

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 16 de novembro do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em Brasília.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 5528

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER a criação de Frente Parlamentar nesta Casa de Leis, com o objetivo de apoiar a Defesa do Diploma de Jornalista para o exercício da profissão.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI.

Apoiamento:

Marcelo Rangel, Elton Welter e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 5468

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Paulo Malaquias, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5469

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria da Luz Ferreira da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5470

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Clair da Silva Ponta, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5471

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Cândida Leal, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5472

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcos Roberto Quadros, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5473

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcos Danilo Pedroso Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5474

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Neilor Barbosa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5475

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Antonio Rodrigues da Luz, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5476

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luci Mira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5477

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lidia Tabaka, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5478

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lidia Jansen Sabches, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5479

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leoni Teixeira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5480

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lenita Mendes da Costa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5481

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lenira Izidoro Alvez, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5483

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lauro Alvez, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5484

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Julia Ramos do Prado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5485

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Lorival Pereira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5486

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Reis Alves de Almeida, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5487

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5488

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Camargo Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5489

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elza Divina Faustin, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5490

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augustinho Lucindo da Silva, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5491

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Raimundo dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5492

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Zoraide Camargo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5493

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eliza Treu Ditzel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5494

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Egracil de Jesus Vieira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5495

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Divonsir Desintinik, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5496

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Orlando Wil, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 5500

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa, o envio de votos de pesar e de solidariedade à família, pelo falecimento da professora Lydia Jansen Sanches, ex-diretora do Colégio Estadual General Osório, em Ponta Grossa, ocorrido no último domingo, dia 15 de novembro.

Aos 96 anos, a professora Lydia deixa familiares, amigos e lembranças de uma vida voltada à educação, uma das mais belas profissões, de ensinar o outro, com disciplina, amor e muita dedicação. Seu profissionalismo e responsabilidade na carreira a consagraram diretora do Colégio Estadual General Osório, em Ponta Grossa, durante 1961 a 1962.

Entendemos essa singela homenagem aos familiares, e nos juntamos a todos nesse momento de dor e saudade.

Requer ainda que seja dada ciência à família, por meio de correspondência.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

REQUERIMENTO Nº 5530

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à família do assessor Parlamentar da Liderança da Oposição, Juarez Villela Filho, em razão do falecimento de sua mãe.

Nesse momento de dor, resta oferecer à família o apoio e a consideração desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de profundo pesar à família da Sra. Rosa Amadia de Borba.

Dona Rosa faleceu no dia 11/11/09, aos 75 anos de idade, em razão de problemas respiratórios. As homenagens são rendidas em nome de seu filho, Juarez Lorena Villela Filho, assessor da Liderança da Oposição nesta Casa de Leis.

A Assembleia Legislativa do Paraná, por meio deste Parlamentar, respeitando sentimentos diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade, rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Juarez Lorena Villela Filho, via correspondência.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 5463

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente requerimento, REQUER, depois de se ouvir o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações para a população de Floresta, pela comemoração dos 48 anos de emancipação política do Município.

Criado através da Lei Estadual nº 4245, de 25/07/60, o Município foi instalado em 18/11/61, tendo sido desmembrado de Maringá.

Com uma população de 5 mil e 417 habitantes, segundo previsão do IBGE em 2009.

Seu Prefeito é Antônio Fuentes Martins, seu Vice-Prefeito é Franciscó Kazuo Mizote e o Presidente da Câmara é o Vereador Ademir Luiz Maciel.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5464

Senhor Presidente:

O Deputado subscreve o presente requerimento, REQUER, depois de se ouvir o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações para a população de Marialva, pela comemoração dos 58 anos de emancipação política do Município.

Entre as comemorações está a 17ª Festa da Uva Fina que é hoje a grande marca do Município de Marialva que foi comemorada na propriedade do Sr. Sidney Bispo dos Santos, localizada na Estrada Marialva, Km 2,5.

Marialva é denominada Capital da Uva Fina do Paraná, através da Lei nº 16231 de 18/09/09, de nossa autoria, por empregar cerca de 6 mil pessoas numa cultura de uvas finas que ocupa 1 mil e 500 hectares do Município e produz em média 50 mil toneladas por ano, em duas safras. As uvas produzidas são Rubi, Benitaka, Brasil e Itália.

Seu Prefeito é Edgar Silvestre, seu Vice-Prefeito é Evandro José da Cruz Araújo e o Presidente da Câmara é o Vereador Valdemir Abílio de Brito.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5465

Senhor Presidente:

O Deputado subscreve o presente requerimento, no uso de suas atribuições regimentais, depois de se ouvir o douto Plenário, REQUER seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações pela realização com grande sucesso da 21ª Festa do Peão de Boiadeiro de Lobato, realizada neste final e semana em Lobato.

A festa se realiza com concurso de Montaria, Parque de Diversões, Shows e outras atividades onde mais de 20 mil pessoas passaram pelo local durante os dias 05, 06, 07 e 08 de novembro.

Trata-se de uma promoção da Associação Industrial e Agropecuarista e da Prefeitura Municipal de Lobato.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5466

Senhor Presidente:

O Deputado subscreve o presente requerimento, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações pela realização com grande sucesso da 10ª Festa de Santo Inácio Show, realizada neste final de semana em Santo Inácio.

A festa se realiza com concurso de Montaria, Parque de Diversões, Shows e outros eventos onde mais de 20 mil pessoas passaram pelo local durante os dias 12, 13, 14 e 15 de novembro.

Trata-se de uma promoção da Associação Industrial e Agropecuarista e da Prefeitura Municipal de Santo Inácio.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 5498

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Agudos do Sul, pela passagem, no próximo dia 18/11/09, de seus 48 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Antonio Gonçalves da Luz, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Augustinho Carlos Tremea bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria transbordante de toda a população de Agudos do Sul, na significativa desta comemorativa aos seus 48 anos de emancipação política, transmitimos a todos nossas sinceras felicitações com votos de muito sucesso.

Os primeiros sinais de colonização de Agudos do Sul são datados do século XIX: enviados por D. João VI, o Rei de Portugal, a família de João Alves Pires foi pioneira na região.

Por iniciativa do Tenente Coronel da Guarda Nacional, José Machado Fagundes, considerado o principal colonizador do local, surge por esses campos, uma pequena povoação, estimulada pela possibilidade de dias prósperos que os extensos ervais anunciavam.

Pelos idos de 1902, o Decreto Estadual nº 239, cria o primeiro Distrito Policial da localidade, sob a responsabilidade de São José dos Pinhais. Esse foi o marco do povoamento ordenado, que além da extração da erva-mate passa a construir e trabalhar em armazéns de serviços.

Em 1903 o Distrito passou a condição de vila com a denominação de Agudos.

Em 1943, a povoação teve sua denominação alterada para Carijós, sendo que neste período o núcleo foi elevado à categoria de Distrito Administrativo de São José dos Pinhais.

Em 11/10/47, a Lei Estadual nº 2 alterou a denominação de Carijós para Agudos do Sul. Pela Lei Estadual nº 790, de 14/11/51, foi criado o Distrito Administrativo de Agudos do Sul.

Em 25/07/60, através da Lei Estadual nº 4245, foi criado o Município de Agudos do Sul, com território desmembrado do Município de Agudos do Sul. A instalação ocorreu em 18/11/61.

Com todo o respeito que a população de Agudos do Sul é merecedora, sentimo-nos orgulhosos em transmitir a todos efusivos cumprimentos pela comemoração dos 48 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 5499

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de voto de congratulações ao Sr. Aquilino Romani, conduzido ao cargo de presidente do Paraná Clube para o biênio 2010/2011.

Nos próximos dois anos o Sr. Aquilino Romani presidirá um dos maiores clubes sociais do País, que representa com orgulho nosso Estado no futebol brasileiro.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 5503

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Prefeitura de Maringá, ao Exmo. Sr. Sílvio Barros II, bem como ao Observatório Social de Maringá - OSM, mantido pela Sociedade Eticamente Responsável - SER, em razão da premiação recebida pela Organização das Nações Unidas - ONU.

Desde o início do primeiro mandato do Prefeito Sílvio Barros, o gestor municipal vem contando com a participação da sociedade na fiscalização da Administração Pública. Trata-se de garantia para a sociedade e também para os gestores públicos envolvidos na Administração do Município de Maringá.

O Observatório Social de Maringá venceu o concurso desenvolvido pela ONU - Organização das Nações Unidas em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL.

O Prefeito Sílvio Barros desde o início viu a parceria público privada com interesse e cancelou as licitações quando o Observatório Social de Maringá apontou irregularidades.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 5505

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de congratulações para o Delegado Sandro Spadotto Barros, pelos relevantes trabalhos prestados à comunidade, na qualidade de Delegado Chefe da 60ª Delegacia Regional de Polícia de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

REQUERIMENTO Nº 5526

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de General Carneiro pela passagem, no próximo dia 19/11/09, do seu 48º anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Ivanor Dacheri, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Guilherme Correia Cornehl, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de General Carneiro.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Orgulhosamente participamos da euforia que representa festejar o 48º aniversário da emancipação política do Município de General Carneiro, transmitindo ao seu laborioso povo as nossas melhores felicitações pela grata efeméride.

As origens históricas de General Carneiro estão ligadas a descoberta dos campos de Palmas pelos desbravadores Pedro Siqueira Cortês e Joaquim Ferreira dos Santos.

O certo é que o povoamento efetivo deu-se a partir de 1839, quando os primeiros ranchos começaram a ser construídos naquele sertão. João Humhevicz, Thomaz Gaiovicz, Simão Gaiovicz, Onofre Gaiovicz e José Dralrtk, com suas respectivas famílias, foram pioneiros que deixaram seus nomes gravados na história regional.

Pelo Decreto Estadual nº 281, no dia 13/08/1901, foi criado o Distrito Policial na Colônia General Carneiro para o lugar denominado Iratin. Floresceu desta forma o Distrito de Irati.

Em 1958 foi criado o Distrito Administrativo de São José de Palmas, com sede na localidade de Passo da Galinha, no território do Município de Palmas. Este povoado teve um crescimento muito acentuado e no dia 25/01/1961, pela Lei Estadual nº 4339, São José de Palmas foi elevado à categoria de Município, porém com a denominação simplificada para General Carneiro, desmembrando-se do território de Palmas. A instalação se deu no dia 19/11/1961.

Os primeiros homens do Município de General Carneiro foram agricultores.

Foi seu instinto que os levou a amansar a terra, para dela tirarem o necessário para seu sustento.

Não é sem razão que a agricultura é considerada como a indústria mãe.

Se é verdade que a industrialização é característica das grandes civilizações modernas, também é verdade que o Município de General Carneiro se baseia grande parte na agricultura.

Fiquem certos, portanto, as autoridades municipais e a população que o meio de vida que abraçaram é um dos mais nobilitantes dentre todas as atividades a que o homem possa se entregar.

Através desta proposição pretendemos homenagear todos os administradores que prestaram relevantes serviços em benefício da população de General Carneiro.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, pela comemoração dos 48 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 5533

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Ministra Cármen Lúcia, pela sua brilhante atuação no Supremo Tribunal Federal, onde, dentre tantas matérias, foi a relatora da PEC sobre a posse, imediata ou não, dos suplentes de Vereadores. Seu parecer, contrário, foi acolhido pelo Corte, evitando que os Municípios brasileiros, sejam ainda mais onerados. A postura, sábia e firme, da Ministra, merece ser registrada, com louvor, nos Anais da história. Graças à Ministra Carmem Lúcia e dos nobres integrantes do STF, que votaram, acompanhando seu parecer, os Municípios terão mais recursos para as áreas sociais.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à homenageada, no Supremo Tribunal Federal, em Brasília, com votos de ricas bençãos dos céus sobre sua vida pessoal, familiar e como respeitada semeadora de justiça.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 5534

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Museu de Arte Indígena Brasileiro localizado no Município de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à Sra. Juliana Rocha Podolan Martins, diretora-presidente do Museu de Arte Indígena Brasileiro, para que receba e transmita aos demais diretores e auxiliares.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Museu de Arte Indígena Brasileiro, de Clevelândia, foi inaugurado no último dia 14, com dedicação de uma coleção particular da pesquisadora e diretora-presidente, através de estudos e expedições realizadas nas mais diversas tribos em nosso País.

Bem me recorde que, ao me honrar com o convite para comparecer às festividades, infelizmente, compromisso familiar impediram-se de comparecer como seria meu grande desejo.

Para emergir a cultura indígena, Clevelândia está presente exercendo sua crucial e insubstituível missão, seja na demarcação, seja na fiscalização, seja na prestação de serviços de saúde, curativa e preventiva, de educação, em colaboração com os órgãos governamentais e organizações não governamentais, seja, ainda, na promoção do desenvolvimento auto-sustentado daquelas comunidades indígenas.

Tudo isso, de acordo com a filosofia de respeito e garantia à integridade das hierarquias sociais e dos interesses de crenças e valores dos povos indígenas.

Sem descurar de nosso dever constitucional de proteger os direitos do índio, pessoa humana, no exercício pleno de todas as dimensões da cidadania.

Ontem, hoje sempre, o índio brasileiro se perpetuará com uma das mais vigorosas e decisivas forças determinantes do nosso destino como povo e como civilização.

REQUERIMENTO Nº 5509

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao 13º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao 13º Batalhão de Polícia Militar, e todo o seu efetivo, que executa o policiamento ostensivo de forma preventiva ou repressiva, coibindo e dissuadindo ações que representam ameaças, orientando a população, trabalho que realiza sempre com competência e dedicação, transformando a estrutura em referência no Brasil.

Sediada no bairro Portão, é uma das mais eficientes unidades da Polícia Militar do Paraná, que busca a manutenção e preservação da ordem pública em sua área de atuação, garantindo eficácia no desempenho das missões.

REQUERIMENTO Nº 5511

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao 20º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao 20º Batalhão de Polícia Militar, e todo o seu efetivo, que executa o policiamento ostensivo de forma preventiva ou repressiva, coibindo e dissuadindo ações que representam ameaças, orientando a população, trabalho que realiza sempre com competência e dedicação, transformando a estrutura em referência no Brasil.

Sediada no bairro Boqueirão, é uma das mais eficientes unidades da Polícia Militar do Paraná, que busca a manutenção e preservação da ordem pública em sua área de atuação, garantindo eficácia no desempenho das missões.

REQUERIMENTO Nº 5514

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao 12º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao 12º Batalhão de Polícia Militar, e todo o seu efetivo, que executa o policiamento ostensivo de forma preventiva ou repressiva, coibindo e dissuadindo ações que representam ameaças, orientando a população, trabalho que realiza sempre com competência e dedicação, transformando a estrutura em referência no Brasil.

Sediada no bairro Santa Quitéria, é uma das mais eficientes unidades da Polícia Militar do Paraná, que busca a manutenção e preservação da ordem pública em sua área de atuação, garantindo eficácia no desempenho das missões.

REQUERIMENTO Nº 5510

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao 17º Batalhão de Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao 17º Batalhão de Polícia Militar, e todo o seu efetivo, que executa o policiamento ostensivo de forma preventiva ou repressiva, coibindo e dissuadindo ações que representam ameaças, orientando a população, trabalho que realiza sempre com competência e dedicação, transformando a estrutura em referência no Brasil.

O Batalhão Metropolitano é o órgão de execução encarregado das obrigações constitucionais da Polícia Militar atuando nos 22 Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, sendo uma das mais eficientes unidades do Paraná, que busca a manutenção e preservação da ordem pública em sua área de atuação, garantindo eficácia no desempenho das missões.

REQUERIMENTO Nº 5512

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Rubens Fernandes.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Rubens Fernandes da Comissão Organizadora da Festa da Paróquia São Marcos e aos seus colaboradores, que através de seu empenho, realizaram um evento levando a diversão e a religiosidade à comunidade.

Uma festa que representa a esperança e a fé no mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos. Congregando os fiéis em ação de graças ao Senhor, e ao evangelista, em torno do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 5513

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Celso Eleutero.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Celso Eleutero da Comissão Organizadora da Festa da Capela Santa Helena e aos seus colaboradores, que através de seu empenho, realizaram um evento levando a diversão e a religiosidade à comunidade.

Uma festa que representa a esperança e a fé no mundo dos homens, com igualdade, prosperidade e abundância para todos. Congregando os fiéis em ação de graças ao Senhor, e ao evangelista, em torno do bem comum.

REQUERIMENTO Nº 5515

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Rádio Verdes Campos.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Rádio Verdes Campos, estabelecida no Município de Cascavel. Com uma programação voltada a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 18 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5516

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Rádiodifusão Litoral Sul.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Rádiodifusão Litoral Sul, estabelecida no Município de Paranaguá. Com uma programação voltada a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 17 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5517

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Rádio Cultura de Arapongas;

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Rádio Cultura de Arapongas, estabelecida no Município de Arapongas. Com uma programação voltada a comunidade, levando a cultura, a diversão, os esportes, a prestação de serviços, o jornalismo e a utilidade pública, demonstra sempre o respeito aos seus ouvintes, lhes dando o crédito e o respeito de uma empresa séria e conceituada, com responsabilidade social e seriedade de uma equipe profissional e dedicada.

Uma emissora que ao instalar-se na região conquistou uma grande liderança no segmento em pouco tempo e, neste 16 de novembro comemora seu aniversário de fundação, buscando sempre a excelência em comunicação e a satisfação de seus ouvintes.

REQUERIMENTO Nº 5532

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário o envio de moção de apoio do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná ao Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado de Trabalho e Emprego, manifestando o apoio às reivindicações dos servidores administrativos do Ministério do Trabalho, em razão da luta para estruturação dos cargos efetivos que compõe o Quadro Pessoal Administrativo de servidores desse Ministério.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 5508

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Paraná, Roberto Requião, e ao Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Martin, solicitando a revisão do teto do repasse do Sistema Único de Saúde (SUS) para Londrina com a finalidade de ampliá-lo.

O mesmo, hoje no valor de R\$ 13,5 milhões/mês, está aquém das necessidades que são, no mínimo, da ordem de R\$ 16 milhões/mês.

O presente requerimento vem demonstrar que o Parlamento paranaense entende a prioridade que deve ser dada à saúde por parte dos Poderes Públicos.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 5523

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do Plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 01 de dezembro do corrente, no período das 8h30 às 12h, sob o tema Dia Mundial de Combate à AIDS.

Estado e sociedade civil precisam potencializar esforços na discussão e implementação das ações que envolvem o combate à disseminação da AIDS no País. Inúmeras ações e campanhas desenvolvidas no Paraná tem sido exitosas, mas a participação do conjunto da sociedade na avaliação e proposição de novos caminhos é fundamental. O legislativo paranaense tem importante papel nesta discussão, justificando a realização de Audiência Pública com a temática proposta.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO N° 5524

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário, o envio expediente para a Sra. Lúcia Arruda - Presidente da PROVOPAR Ação Social, encaminhado ofício do Instituto de Pesquisas e Tratamentos Humanístico - IPTH, do Município de Pontal do Paraná, solicitando a viabilidade de liberação de uma cozinha industrial, 100 colchões e equipamentos de informática.

Tal solicitação, prende-se ao fato do trabalho que está sendo realizado pelo IPTH está alcançando aproximadamente 100 pessoas do sexo masculino com o objetivo de tratar o dependente de drogas e do álcool, buscando promover o resgate da dignidade das pessoas adoecidas pelo uso indevido de drogas, com o acompanhamento e orientação para seus familiares, concedendo tratamento adequado com profissionais capacitados.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Dr. Celso Scheffer.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 5525

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Luiz Bernardi - Superintendente Regional da Receita Federal - 9ª Região

Fiscal, encaminhando ofício do Instituto de Pesquisa e Tratamento Humanístico - IPTH, do Município de Pontal do Paraná, solicitando a viabilidade de doação ou comodato de 02 (dois) veículos utilitários para atender a referida entidade.

Tal solicitação, prende-se ao fato do trabalho que está sendo realizado pelo IPTH está alcançando aproximadamente 100 pessoas do sexo masculino com o objetivo de tratar o dependente de drogas e do álcool, buscando promover o resgate da dignidade das pessoas adoecidas pelo uso indevido de drogas, com o acompanhamento e orientação para seus familiares, concedendo tratamento adequado com profissionais capacitados.

Requer ainda, após aprovado seja dada ciência ao Dr. Celso Scheffer.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO N° 5527

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado dos Transportes e Diretor do Departamento de Estradas, Dr. Rogério Tizzot, informar, relativamente às obras de recuperação da PR-47, nos trechos entre Três Barras do Paraná e Catanduvas, qual a previsão de conclusão de obras, se o prazo previsto vem sendo cumprido, se já houve o pagamento integral da obra, discriminando os valores pagos e o saldo a pagar, se houver. Por fim, informar também quanto a qualidade dos materiais utilizados e dos serviços que vem sendo executados. Juntar cópia integral do processo licitatório, desde o edital e respectiva publicação até o termo contratual firmado, inclusive.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi e Luiz Fernandes Lítro

REQUERIMENTO N° 5529

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos por intermédio do Instituto Ambiental do Paraná as seguintes informações:

- Cópia de todos os licenciamentos ambientais concedidos nos anos 2008 e 2009, com as respectivas medidas compensatórias e/ou mitigadoras.

- Documentos comprobatórios da incorporação ao patrimônio público ambiental do Paraná das medidas compensatórias e/ou mitigadoras e das conversões realizadas em serviços de melhorias ambientais.

- Relatório de todos os julgamentos de recursos em face de autos de infração impostos pelo Instituto Ambiental do Paraná. Encaminhar cópia integral das decisões, inclusive aqueles que importaram conversão em serviço de melhorias ambientais com as respectivas alocações.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste pedido é ter conhecimento da situação ambiental do Paraná.

As agressões ao meio ambiente devem se tornar públicas para que medidas preventivas e inibitórias possa ser adotadas.

É prerrogativa dos Parlamentares solicitar informações junto aos órgãos da Administração Pública.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Indispensável dizer que o fornecimento das informações requeridas está de acordo com os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e que estão elencados no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 629/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O exercício da profissão de podólogo, em todo o Estado, somente é permitido quando atendidas as qualificações estabelecidas nesta lei.

Art. 2º São condições para o exercício da profissão de podólogo:

_- ser portador de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II - possuir no mínimo diploma de habilitação profissional de técnico de nível médio, expedido por escolas devidamente credenciadas, que ministram cursos de Podologia devidamente autorizados, conforme orientação da Lei de Diretrizes e Bases vigente;

§ 1º Fica assegurado o exercício da profissão aos Podólogos (Enfermeiro Pedicuro, Pedicuro e Técnico em Podologia), legalmente habilitados, que estejam no desempenho de suas atividades há pelo menos 5 (cinco) anos.

§ 2º Deverão ser criadas, pelo Governo do Estado, condições para que a habilitação de podólogo ocorra apenas em cursos de graduação.

Art. 3º Para o exercício da profissão na Administração Pública Direta ou Indireta, nos estabelecimentos hospitalares, clínicas, postos de saúde, ambulatórios, creches, asilos ou exercícios de cargo, função ou emprego de assessoramento chefia ou direção, será exigida, como condição essencial, a apresentação da carteira profissional de Podólogo.

Parágrafo Único. A inscrição em concurso público dependerá de prévia apresentação da Carteira Profissional ou certidão de que o profissional está no exercício de seus direitos.

Art. 4º É de competência do podólogo o exercício das seguintes atividades e funções, conforme inserido na Classificação Brasileira de Ocupações - C.B.O. do Ministério do Trabalho e Emprego:

I - prognosticar e tratar as podopatias superficiais dos pés e deformidades podais, utilizando-se de instrumental adequado, medicamentos de uso tópico;

II - tratar das podopatias com afecções e infecções, alinhar lâmina ungueal (onicoectomia), efetuar curativos e atender emergências;

III - promover proteções e correções podológicas, preparar moldes e modelos para órteses e próteses;

IV - ouvir e orientar pacientes sobre medidas preventivas, bem como explicar técnica de procedimentos;

V - responsabilizar-se tecnicamente por consultório, clínicas, laboratório de órteses, estabelecimentos e hospitais com ambulatório de Podologia, podendo promover vendas e insumos de uso podológico;

VI - empreender atividades educativas e orientações na esfera pública e privada, promovendo a melhora podológica da população;

VII - emitir pareceres técnicos dentro de sua área de atuação.

Art. 5º São deveres do podólogo:

I - trabalhar com Biossegurança higienizar local de trabalho, usar EPI (equipamento de proteção individual), esterilizar instrumental, acondicionar instrumentos cortantes para descarte, acondicionar lixo contaminado para incineração;

II - demonstrar competências pessoais, trabalhar, com ética, cuidar da higiene e da aparência pessoal, saber manipular materiais, produtos químicos e medicamentos para uso de atendimento dos pacientes e atualizar-se profissionalmente.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação desse projeto objetiva a reconhecimento da profissão de Podólogo, restringindo-se o seu exercício às pessoas legalmente habilitadas, evitando que pessoas sem nenhum conhecimento técnico e não

habilitadas prestem serviços nessa área, colocando desse modo, em risco a saúde de portadores de patologias podológicas.

O que é Podologia? Podologia é a ciência que tem como principal foco, o estudo profundo dos nossos pés. Ela representa um conceito moderno e atualizado em terapia dos pés.

O Podólogo é um profissional que atua na área da saúde e sua formação lhe dá capacidade para tratar de casos em diferentes níveis de patologias. Conhecimento, atualização e, principalmente, estudo são os principais aliados do Podólogo no exercício da sua profissão.

Diante do exposto, é de suma importância a apresentação desse projeto, uma vez que há muitos profissionais que trabalham nessa área e que, não sendo reconhecidos, perdem muitos de seus direitos. Deste modo, esse projeto sendo aprovado ganha os profissionais, ganha a população.

PROJETO DE LEI Nº 630/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A presente lei especifica sobre as normas para instalação provisória de palcos, palanques, arquibancadas e outras estruturas para a realização de eventos em locais públicos ou privados, por pessoas jurídicas ou físicas, para qualquer finalidade.

Art. 2º A realização de eventos esportivos, culturais, musicais, políticos, religiosos, econômicos, étnicos, entre outros similares, só poderão realizar-se, após a união do Corpo de Bombeiros, emitir laudo em relação a estruturas e capacidade dos palcos, palanques e arquibancadas ou equipamentos similares, de estrutura móvel.

§ 1º As vistorias e a emissão do laudo pelo Corpo de Bombeiros, terá que ser feita no prazo de até 02 (dois) dias após a instalação dos palcos, palanques e arquibancadas ou equipamentos similares de estrutura móvel.

§ 2º O laudo emitido pelo Corpo de Bombeiros deverá conter o peso suportável e a capacidade de pessoas, conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, denominação do local onde foi instalada a estrutura, condicionantes para o funcionamento, data da emissão e validade do laudo, que deverá ser até o final do evento.

Art. 3º A presente lei exige que o responsável pelo evento mantenha em seu poder os seguintes documentos:

a) autorização expressa do órgão competente da Prefeitura Municipal a cuja jurisdição pertencer o território em que se encontra o local do evento;

b) laudo do Corpo de Bombeiros nos termos do artigo 2º e parágrafos, desta.

Art. 4º O descumprimento do artigo 3º e alíneas da presente lei, acarretará multa de 2.000 (duas mil) UFIRs e nos casos de reincidência será duplicada cumulativamente.

§ 1º Os resultados financeiros das aplicações das multas serão revertidos ao Fundo do Corpo de Bombeiros.

Art. 5º Fica ressalvada na presente lei os eventos em clubes e associações, cujas promoções sejam exclusivamente para associados.

Art. 6º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Este projeto dispõe sobre as normas de segurança para realização de eventos em todo o território do Estado do Paraná, especificamente sobre norma de segurança de palcos, palanques, arquibancadas ou equipamentos similares de estrutura móvel.

A Lei nº 14284/04, não dispõe sobre as normas de segurança dos palcos, palanques, arquibancadas ou equipamentos similares de estrutura móvel, apenas sobre a segurança para realização de grandes eventos.

Em decorrência de vários sinistros com palcos de estrutura móvel que vem acontecendo em nosso Estado, se faz necessário a criação da presente lei, principalmente em relação a vistoria e emissão de laudos pelos órgãos competentes, bem como, as sanções.

Desta forma, se faz necessário a referida lei para que os palcos, palanques, arquibancadas ou equipamentos similares, sejam montadas de maneira segura para as pessoas que participarem dos eventos, assim peço apoio aos nobres Pares desta Casa para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 631/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado de Gilberto de Andrade Halila, o trevo da PR-151, na entrada da sede do Município de São João do Triunfo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com este Projeto de Lei, denominar de Gilberto de Andrade Halila o trevo da PR-151, na entrada da sede do Município de São João do Triunfo, para homenagear efusivamente, um saudoso companheiro de todas as horas, foi Vereador e Presidente Municipal do PMDB de São João do Triunfo.

Falecido dia 19 de agosto de 2009, deixou viúva a senhora Regina, dois filhos e quatro netos. Foi um chefe de família extremoso.

É indeclinável dever. Honrar àqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez pela população do Município de São João do Triunfo e a vizinhança.

Eis porque nos achamos redigindo esse projeto de lei a fim de homenagear o saudoso Gilberto de Andrade Halila, pelos grandes serviços que prestou para aquela população. Seria injustiça calar-mos.

E para que não fôssemos acoimados de ingratos, aqui estamos para lhe prestar essa homenagem que, embora não corresponda à magnitude e a grandeza de seus méritos, servirá, todavia, para testemunhar a nossa gratidão a todos os colegas e as colegas desse parlamento, a aprovação deste projeto de lei, porque homens como o saudoso Gilberto de Andrade Halila, são marcos fincados a beira da estrada da vida que desafiavam os intempéries e os preceitos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Brasil e o mundo ficaram bastante felizes neste último final de semana, pelo menos até sábado, quando o Presidente Lula anunciou ao mundo, como um todo, que estaria disposto a ir à Conferência do Clima, em Copenhagen, agora em dezembro, para tentar estabelecer um processo de liderança mundial onde o Brasil desse um exemplo ao resto do mundo, cortando quase que 40% das suas emissões de gás carbônico, até o ano 2020.

Como se sabe, o clima da Terra está ameaçado. E com ele, a própria vida. Não só dos seres humanos, mas do próprio planeta e de outras espécies, porque o clima pode entrar numa espécie de espiral descendente, sem nenhum retorno. E todos acordamos felizes, no domingo. E assim ficamos, até que ontem os Estados Unidos, juntamente com a Dinamarca, que sediará o encontro de Copenhagen e que querem que seja feita apenas uma carta de intenções.

É de lamentar, porque os Países que são responsáveis por este provável caos climático que o mundo está começando a enfrentar, e haverá de ser progressivamente pior, não tenha na liderança desses Países, que são grandes emissores de gás carbônico, uma posição mais correta, mais firme.

Aqui, no Paraná, por intermédio da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, estamos fazendo uma grande convocação para a próxima

quarta-feira, pela manhã, no plenarinho, onde debataremos, junto com as universidades, junto com os demais Deputados, com o IAP, o IAPAR, a SEMA, o IBAMA, enfim, uma nova lei de restrições às questões climáticas, aqui no Paraná.

Queremos debater, na verdade, um projeto de lei, que o Governador, sensibilizado com este mesmo debate - espero que isto aconteça - mande para a Assembleia Legislativa um projeto similar, onde tenhamos uma nova lei de mudanças climáticas aqui no Paraná, com obrigações para todos os cidadãos e naturalmente para todas as instituições.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria convidar, mais uma vez, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, os demais Pares, para que às 8h da próxima quarta-feira, possamos fazer esse debate, em torno de uma minuta de projeto de lei, que será apresentado a todos nós, pelos setores responsáveis, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Mas também, Sr. Presidente, não poderia deixar de me manifestar sobre uma questão que ocorre no meu Município, Londrina, que é a questão da saúde, fruto de uma verdadeira queda de braços entre a Prefeitura e os médicos, Sindicato dos Médicos, Associação Médica e outras instituições. Estamos vendo mais de 200 especialistas deixarem as suas atividades, e a Prefeitura mantendo lá uma queda de braço, não querendo repassar valores já compromissados para esses médicos. Claro que precisamos aumentar o teto que Londrina recebe do Sistema Único de Saúde. Mas por conta dessa brincadeira, ontem uma criança morreu, porque não teve o atendimento que deveria ter rebecido, mesmo sendo de convênio, em um dos prontos-socorros da própria Cidade. E isso está se transformando num verdadeiro caos.

Portanto, hoje vamos encaminhar, em regime de urgência inclusive, uma solicitação ao nosso Secretário da Saúde, ao nosso Governador, para que, revendo o teto de Londrina, estejam dando um alento a mais à Cidade, dando recursos à Prefeitura para que possam repassar aos especialistas, e assim fazer com que o sofrimento, muitas vezes, da mãe de família, da criança, do idoso, do aposentado, possa ser minorado.

É claro que a questão de Saúde é uma questão que não se pode esperar, ainda mais numa Cidade com mais de meio milhão de habitantes como é Londrina, que recebe pacientes de toda a região, que é um verdadeiro centro de especialidades, não podemos permitir que esse verdadeiro caos na Saúde aconteça, para o bem dos pacientes, para o bem dos profissionais, e naturalmente para o bem do serviço público.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas paranaense que acompanham os trabalhos da Assembleia Legislativa através de dois canais de televisão, MERCOSUL e TV SINAL.

Quero agradecer os e-mails que são enviados, porque é bom nos comunicarmos com os paranaenses, acabamos sabendo muita coisa e trazemos aqui esses assuntos, para que as autoridades possam ouvir o que é que o povo está pensando, o que é que o povo está reivindicando, porque a autoridade que é surda geralmente fracassa na vida pública.

Recebo das lojas maçônicas de Guarapuava, em alusão à data de comemoração da Proclamação da República diz aqui que as lojas maçônicas de Guarapuava, várias entidades civis se reuniram para reafirmar que é o momento de restabelecer a participação da sociedade nas decisões nacionais. Parabéns às lojas maçônicas de Guarapuava.

A UVEPAR - União dos Vereadores do Paraná - eu e o meu colega Cheida começamos como Vereadores e sabemos muito bem a importância que tem o Vereador - e a UVEPAR está convidando para um debate sobre a reforma tributária, dia 18 de novembro.

Recebo vários e-mails sobre o problema dos policiais do Paraná, da Ana Paula Rosa, de Benori Dakers, tudo sobre problemas dos policiais, subsídios, Plano de Cargos, Carreiras e Salários, aumentar de 100 para R\$ 150 a hora que o policial trabalha fora do expediente para atender emergências.

Walter Luiz da Silva, tem também Samuel Domingues questionando sobre a PEC. Eu dei a minha assinatura a favor dessa PEC para instituir o subsídio para os policiais militares e bombeiros, e a Polícia Civil está aí ameaçando uma greve. Vamos apoiar a greve, porque faz cinco anos que o Governo está enrolando e não manda para cá o Plano de Cargos, Carreiras e Salários que prometeu para os policiais civis. Imaginem o Paraná, com a Polícia trabalhando já está esta onda de violência insuportável para a população, imaginem com a Polícia entrando em greve. E a greve não vai ser culpa dos policiais, não vai ser culpa do Governo do Estado.

Recebo e-mail do Daniel Nascimento, de Colombo, também sobre a PEC dos subsídios. Do Cristian Tavares. Tem muita esposa de policial se manifestando, porque o policial não pode falar. É a única Instituição no País que é uma ditadura. Isso é uma vergonha! O policial não pode nem fazer greve e nem reclamar seus direitos. Então, as esposas dos policiais militares estão falando em nome dos maridos.

Tenho aqui e-mail do Silmo Giroto, que também fala sobre a PEC. Pode contar com o nosso apoio, a minha assinatura já foi dada a favor da PEC dos subsídios dos policiais. Volto a repetir, queria Deus que ela não fique mofando aqui. Quer venha para o Plenário para ser votada.

Ainda faltam quatro assinaturas para completar 33, que é o número mínimo para poder tramitar. Se não tiver 33 assinaturas, essa PEC nunca será votada. E depois de conseguir as 33 assinaturas, temos que batalhar para desencaixar, não deixá-la adormecida nas gavetas. Porque os policiais já faz 11 anos que têm esse direito, e já estão perdendo quase 30% de defasagem no seu salário.

Tenho aqui e-mail do Roberto Norcio:

Sou eleitora e simpatizante, gostaria de ganhar a Constituição do Brasil. Interessante, tem tanta gente que tem vontade de ter a Constituição do Brasil, mas não custa barato. O Governo poderia fazer a distribuição para todo cidadão que quer conhecer o que está escrito na Constituição. O cidadão poder receber de graça a Constituição do Paraná, e do Brasil também. Seria interessante!

Da Alessandra Bianchi: *Estou convidando V. Exa. para um Seminário sobre Criança em Trânsito.* Agradeço o convite da professora Alessandra Bianchi, é o Seminário Criança em Trânsito - Desafios para a Sustentabilidade. Como o trânsito está cada vez mais violento, é interessante um Seminário como esse. Parabéns à professora!

Tenho um e-mail do Carlos Massiminiano de Oliveira, de São José dos Pinhais, ele diz aqui que um grupo de professores de São José denunciou o presidente da APAE local, Leonardo Lima Fonseca. Foi denunciado na Polícia Civil, no Ministério Público, que está agindo, também na Secretaria da Educação, que igualmente está agindo. Ele diz que é importante haver uma pressão para o afastamento do Sr. Leonardo, para que não haja ingerência ou prestígio pessoal no núcleo ou na escola da APAE de São José dos Pinhais. Ele fala de assédio moral e até sexual, em virtude de atos praticados por aquele senhor. Se o fato já foi denunciado, no Ministério Público e na Polícia Civil, acreditamos que as providências serão tomadas.

Passa usar o horário da Liderança do PP

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

Quando V. Exa. falou do Leonardo, que eu conheço o trabalho dele em São José dos Pinhais, estranhei essa denúncia, porque não conhecia. Ele realiza um trabalho muito sério, muito responsável. Então, acho que temos que ter um pouco de cuidado com tudo isso, porque ele é um abnegado da APAE, é uma pessoa que tem procurado fazer um trabalho com bastante responsabilidade, Deputado Belinati.

De repente, por causa de uma denúncia, se julga todos aqueles que fazem um trabalho com as APAEs. Será que essa denúncia é verídica? Isso tem responsabilidade do Presidente da APAE? Porque já é difícil o trabalho, são poucas pessoas que querem enfrentar essa situação e, principalmente, porque não ganham um salário, não tem nada em questão financeira. São pessoas que fazem um trabalho extraordinário nas APAEs. O Leonardo é uma dessas pessoas, porque conheço o seu trabalho.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Vou pedir ao cidadão que nos mandou o e-mail para que nos procure pessoalmente para confirmar. Vou trazer até uma cópia da denúncia para que tenhamos um documento em mãos.

O Sr. Francisco Bühner (PSDB)

É verdade, porque veja bem, se joga aqui no ar e não é só aqui. Daqui a pouco abrimos um leque de denúncias aqui da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e isso não é bom para nós. Será que isso é verídico? É por aí que é o caminho? Então, temos que ter esse cuidado. Acho que não basta alguém mandar uma mensagem ao gabinete e lermos aqui. Tem que ter um pouquinho de cuidado. Vamos verificar se tem procedência, porque essas pessoas que trabalham pelas APAEs têm o nosso cumprimento. E o Leonardo também tem esse cumprimento nosso lá em São José dos Pinhais.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Muito obrigado. Vou pedir, então, à pessoa que mandou o e-mail para que nos procure pessoalmente.

Recebo um e-mail do Sr. Fabrício Antonio Franzoni Stevanato, que está perguntando: *Será que é verdade que o Presidente do Tribunal de Justiça vai pagar a URV para os funcionários?* Tomara que seja verdade. Há alguns dias tinha uma faixa ali na porta do Tribunal de Justiça. Tomara que a Assembleia Legislativa também pague a URV para todos os servidores da Casa, para que eles possam passar um Natal mais tranquilo. Acho que este é um direito. Tomara que isto aconteça antes do Natal.

A Sra. Laura Aparecida Nunes de Oliveira manda um pedido de apoio e conscientização aos nobres Deputados. Ela é contra a visita do Presidente do Irã ao Brasil. Está aí a manifestação. É um direito que a pessoa tem de se manifestar. O Presidente de Israel veio ao Brasil, há poucos dias, também foi hostilizado, foi vaiado. Tudo isso faz parte da democracia.

Vanderlei Queiroz Pereira fez um concurso, mas como ele tinha uma pendência, acabou não podendo tomar posse, porque não tinha uma certidão negativa do Cartório de Distribuição de Protesto de Títulos, exigida pelo edital. Agora, será que um cidadão faz um concurso, é aprovado, mas porque teve uma nota promissória, uma duplicata protestada não vai poder tomar posse? Isso é um absurdo! Se estiver no regulamento do concurso não concordo. O que tem a ver? Às vezes o cidadão teve um atrapalho na vida, se ele foi aprovado num concurso, está com o nome lá porque foi protestado, ele tem que ser admitido, tem que se nomeado. Quem sabe, com o salário que vai ganhar ele possa limpar o seu nome na SERASA ou no Cartório de Distribuição. Agora, não concordo que se impeça o cidadão de trabalhar. Tem milhões de brasileiros que têm títulos protestados.

Temos uma mensagem do Vinícios Luiz falando sobre Guaraqueçaba:

Caro amigo Deputado. Gostaria que hoje lembrasse os nobres amigos Deputados que a Cidade de Guaraqueçaba está de portas abertas para eles durante todos os cinco anos do mandato e que não somente nos últimos meses que antecedem a eleição de 2010. E que Guaraqueçaba existe (para lembrar).

E também lembre ao Governador que a construção do hospital de Guaraqueçaba não deve ser mais um palanque para as eleições de 2010, pois até alguns dias atrás não tínhamos uma construção e sim um espaço em ruínas.

Aqui estamos de olhos abertos, e a exemplo de subir no palanque nas últimas horas, sem ter uma base sólida de trabalho para com a população, acabará e queda mesmo.

Caso o amigo Deputado leia esse e-mail na Assembleia hoje gostaria que me ligasse para assistir (41) 91661338.

Tenho comigo algumas fotos da construção do hospital de Guaraqueçaba no mês nove e como comentei acima era uma ruína. Desde já agradeço ao Deputado e a todos que têm como objetivo na vida pública o bem-estar da população paranaense.

Então, alô, políticos, ele está defendendo que o Governador não deve mais usar como discurso fazer um hospital em Guaraqueçaba. Tem que fazer, de fato, o hospital! E aqueles que quiserem o voto de Guaraqueçaba devem trabalhar pelo povo, como trabalha o nosso querido Presidente, Deputado Nelson Justus.

Maria Aparecida Silva: *As mães da Escola Municipal Arthur Thomas estão revoltadas, porque estão querendo mudar a escola de local. Vai prejudicar muito, professores, funcionários, as crianças da escola.*

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Belinati, só a questão de Guaraqueçaba, dizer que nós, aqui, aprovamos a Lei do ICMS Ecológico e que Guaraqueçaba recebeu, no ano passado, R\$ 3 milhões e 5 mil, por conta disso. Então, Guaraqueçaba há 18 anos vem recebendo muitos recursos através da Lei do ICMS Ecológico, aprovada por esta Casa, sendo que eu sou o autor.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Tenho aqui o drama de uma mãe cujo filho estava até fazendo o curso de Direito. E, de repente, o filho virou dependente químico. A mãe está em desespero. O filho parou até de fazer o curso de Direito, iria se formar logo advogado, ser um brilhante advogado, um Juiz, um promotor público. E agora a mãe estava relatando aqui que para ela pagar o tratamento do filho ela terá que gastar, em média, R\$ 1 mil e 500 por mês. Olha o que é a maldição da droga! Isso leva muitos meses. Não é porque interna hoje, sai a semana que vem não. Agora, eu pergunto: como é que ela vai resolver o problema, pagar R\$ 1 mil e 500 para tratar do filho, para tirá-lo das drogas,

quando o salário é de R\$ 1 mil e 300? Eu penalizei muito com o drama dessa mãe e de muitas outras mães, pais, famílias, que, de repente, veem o seu filho, a sua filha caída no fundo do poço, no abismo, no inferno, que é a droga. São poucas as casas de recuperação e o tratamento é muito caro, muito demorado. As pessoas tem que se pegar a Deus, tem que ter boa-vontade para largar do vício, porque não adianta o pai dizer: “Olha, filhinho, eu vou te dar um carro de presente, vou te mandar para a Europa no final do ano, se você jurar aqui para mim, de pé junto, que vai abandonar a cocaína, o ecstasy, o crack, que está matando, e tantas outras drogas pesadas”. Aí o filho promete: “Ah, eu prometo”. Aí, o pai compra a passagem para a Europa, dá um carro novo. Não é nada por aí, não, é um tratamento muito demorado. Não é dando bens materiais que o pai vai conseguir liberar o filho do vício.

Então, que Deus ilumine essa nossa cidadã, Claudete, e tantas outras famílias que lutam para tirar um filho do mundo das drogas, num tratamento demorado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputado Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada tivemos uma notícia importante, acredito que ainda de valor maior para a questão da agricultura familiar, que veio do Governador Roberto Requião, do Governo do Estado, no sentido de apoiar a agricultura familiar, os recursos destinados para a agricultura familiar. Esses recursos seria um empréstimo que o Governo está encaminhando para esta Casa, pedido de liberação para que possa fazer um financiamento da ordem de US\$ 51 milhões. Esse recurso vai ser investido no aperfeiçoamento da agricultura familiar e vai para os Municípios mais carentes, hoje, do nosso Estado, que precisam mais do apoio do Governo.

Ele vem com três componentes que acreditamos ser essenciais. Vem, praticamente, bem direcionado, para que esses recursos possam melhorar as condições dessas famílias. E nisso está previsto também um apoio para a Habitação, para a recuperação de estradas, aquilo que vai melhorar realmente o dia a dia do nosso agricultor familiar.

O segundo componente que achamos importante, é que ele vem para melhorar a produtividade dos agricultores. Com isso vai dar mais condições do próprio agricultor poder competir, ter condições melhores.

E o terceiro é que vem ao encontro da questão do nosso meio ambiente. Sabemos que um ponto importante, que o objetivo desse projeto é trabalhar a questão do meio ambiente, a sustentabilidade ambiental. Esse é o objetivo desse projeto, de US\$ 51 milhões, que é um financiamento que o Governo pretende fazer junto ao

BIRD. Com certeza vai melhorar muito as condições de vida dos agricultores, vai atingir principalmente o Vale do Ribeira e algumas regiões mais carentes do nosso Estado, que precisam do apoio neste momento. Então, fico feliz com essa nova notícia, essa preocupação que o Governo tem a nossa agricultura familiar.

E também aproveito para comemorar, nesta tribuna, as conquistas que tivemos para o Sudoeste do Paraná neste ano de 2009. Com certeza o ano de 2009 deixa marcas na história para o Sudoeste do Paraná.

Uma questão, do hospital regional. O Governador Roberto Requião está implantando o hospital regional, que pretende atender os 42 Municípios da região e que por muitos anos foi debatido, trabalhado. Apresentamos um projeto também nesta Casa, reivindicamos a implantação desse hospital, mas ficou engavetado. Quando o Governador Roberto Requião assumiu o mandato, ele reconheceu a importância que tem para a Região Sudoeste a implantação desse hospital.

Segundo, o programa de habitação atende todo o nosso Estado do Paraná, de maneira especial a habitação do campo. Com o Governo Lula, o programa de habitação já atendeu cerca de 10 mil famílias no nosso Estado; em 5 mil teve a parceria com o Governo do Estado, para ampliação, reforma ou construção de casas novas. Foi possível fazer com que essas famílias tenham uma vida mais digna. Mas, no total, são cerca de 10 mil famílias contempladas com o Programa Melhorando a Vida no Campo, esse programa da habitação no campo.

Só para concluir, tivemos também a conquista da Universidade Federal Fronteira Sul, que deverá começar as aulas em março de 2010.

E também, na semana passada, conseguimos avançar com relação à discussão de uma linha aérea no Sudoeste, porque hoje no Sudoeste o único meio de locomoção é através das rodovias.

Estivemos conversando com o Dr. Marcos Solano, que é proprietário da Sol, e ele pretende colocar uma linha aérea também na Região Sudoeste. Temos uma dificuldade imensa para integrar a Região Sudoeste às demais regiões e à Capital do nosso Estado. Por isso estamos lutando para que realmente o Sudoeste seja contemplado com essa linha aérea. E ficou acertado, acredito que assim que a ANAC liberar os dois aeroportos de Francisco Beltrão e de Pato Branco, devem começar a operar no primeiro trimestre do ano de 2010.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

Quero aproveitar essa oportunidade para convidar os Srs. Deputados, hoje, após a Sessão às 18h30, no salão nobre aqui da Casa, haverá o lançamento de um livro de um Deputado nosso, de um parceiro nosso, Reni Pereira: Responsabilidade Social e Incentivos Fiscais. E eu,

enquanto o Deputado Reni Pereira não está aqui, está dando uma entrevista, conclamo que todos prestigiem o nosso companheiro que vai lançar um livro aqui na Casa. Eu infelizmente não vou estar presente, por essa razão é que estou pedindo que homenageemos o Deputado Reni Pereira que, juntamente com a Sandra Lewis e a Adriana Stigara, lançam este livro e que, sem dúvida nenhuma, merecem nossas homenagens e o nosso respeito.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, presentes aqui nessa Sessão, imprensa, telespectador que nos acompanha na tarde de hoje.

Venho a esta tribuna tratar de alguns temas que são de interesse dos setores públicos, mas são do interesse da população do Paraná. O SINCLAPOL, que é o Sindicato da Polícia Civil do Estado do Paraná, fez assembleia no dia 10. Estivemos naquela assembleia, que reuniu mais de 500 policiais de todo Estado e deliberaram, por maioria absoluta, por unanimidade, que farão de tudo para negociar com o Governo até o dia 24 de novembro. Se essas negociações com o Governo avançarem, evidentemente a categoria não evoluirá para uma greve. Caso não aconteçam os avanços nas negociações possivelmente teremos greve da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Isso é muito preocupante, por isso que estivemos lá, vimos a disposição da categoria de se mobilizar para a aprovação do plano de carreira, já discutido desde 2005 segundo os policiais civis do Estado do Paraná, e que esta direção atual do SINCLAPOL gostaria de conhecer a proposta que foi trabalhada por uma comissão restrita, onde participaram alguns servidores e também indicações do Governo.

Então, que esta reivindicação fosse tratada com muita seriedade e que, de fato, fosse colocada na mesa essa proposta de carreira para reestruturar a carreira da Polícia Civil do Estado do Paraná. Porque ao mexer na carreira você mexe nos cargos, mexe no salário, mexe nas condições de trabalho e isto vai favorecer a Segurança Pública do Estado do Paraná.

Por isso quero registrar aqui a nossa solidariedade à Polícia Civil do Estado do Paraná, neste momento que estão mobilizados, e reiterar o nosso pedido ao Secretário da Segurança Pública, ao Secretário da Administração e Previdência do Estado do Paraná, para que acolham as reivindicações desta importante categoria que, de fato, precisa sim de um novo plano de carreira que atualize no nosso tempo, inclusive direitos já conquistados em outros Estados do Brasil. E que o Paraná ainda não experimentou esses direitos.

Também, tivemos uma Audiência Pública na quinta-feira, dia 12, com o SINDIJUS, serventuários da Justiça do Estado do Paraná, que reivindicam alteração no Estatuto, que regula a carreira, as condições de trabalho dos serventuários da Justiça. Estiveram aqui as várias

comarcas representadas, a direção do SINDIJUS. Audiência que propusemos, que revelou-se produtiva, foi um sucesso, muita gente compareceu e as reivindicações são possíveis de serem atendidas. Por exemplo, concurso público que possa garantir número suficiente de servidores da Justiça para que diminua a fadiga desses servidores que lá estão, que possam atender com melhor qualidade a população do Paraná. Os servidores da Justiça estão reivindicando que aumente em aproximadamente 50% o número de servidores da Justiça no Paraná. A população sabe por quê precisa aumentar: porque as suas ações estão tramitando no Poder Judiciário com muita lentidão. E sabemos que, em uma pesquisa apontada aqui pelo SINDIJUS, que mostrou o adoecimento dos serventuários, porque eles estão sobrecarregados por conta do trabalho que tem que ser desenvolvido. A nossa reivindicação soma-se à reivindicação do SINDIJUS, do serventuário do Estado do Paraná, para que se apresse o concurso público para preencher os cargos vagos que estão no Poder Judiciário. E também que se encaminhe para a Assembleia Legislativa uma proposta para reestruturar o Estatuto dos Serventuários da Justiça no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje o Deputado 1º Secretário leu a mensagem do IPVA e eu sinto a obrigação de esclarecer, até porque há alguns dias eu, desta tribuna, cobre para que a base de cálculo, a tabela que veio anexa à lei contemplasse a realidade do mercado. Principalmente a realidade dos veículos usados do Paraná. E, efetivamente houvesse a contemplação com a redução de aproximadamente 10% da base de cálculo. Isso porque com a redução do IPI dos carros novos, muita gente optou por comprar carros novos, isso baixou o preço dos carros usados. Não podemos permitir, vamos aprovar a Lei do IPVA, que uma pessoa que tem um carro que vale R\$ 20 mil e a base de cálculo desse carro seja aprovada aqui como 25.

Então, quero aqui reconhecer, em que pese essa proposta ainda tramitar na CCJ, na Comissão de Finanças e estar sujeita a algumas alterações, pelo menos ela reflete uma realidade. Muitas vezes aqui tivemos dificuldades de votar a Lei do IPVA, por conter uma tabela fictícia, que não representava o valor real dos veículos no Paraná. E também temos contemplada na própria Lei do IPVA uma anistia de R\$ 250.

Acabei de ser indagado pela imprensa, se isso não era um desrespeito a quem paga em dia.

Quero deixar aqui bem claro, principalmente para quem nos assiste: desrespeito com quem paga em dia é

utilizar o recurso público em cima daquilo que sabemos que não vai dar resultado. Mas da metade das execuções do Estado, em cima dessas dívidas até R\$ 250, acabam não retornando. Quer dizer, o dinheiro de quem paga em dia financia a cobrança de alguém que não vai pagar. Esses carros que têm essas dívidas geralmente são carros que não são utilizados em rodovias, são veículos que estão quase no estado de sucata, não foram dados baixa no DETRAN. Até porque quem utiliza carros em rodovias sabe do risco de andar com o carro com o IPVA atrasado. A Polícia prende e ele tem que pagar tudo aquilo mais o pátio.

Claro que a Assembleia deve aprovar, sim, essa anistia que veio na mensagem. Isso se trata de uma valorização de quem paga em dia. Porque o dinheiro para executar essa dívida de R\$ 250 é coletado nos cofres do Estado. O cofre do Estado é alimentado com o dinheiro de quem paga em dia.

Então, seria um desrespeito você utilizar esse dinheiro, sabendo que não teríamos um retorno na execução. Então, até R\$ 250, quem deve, ficará isento por essa anistia.

Também uma novidade, é a primeira vez este ano que há o não envio de boleto. Por isso é uma novidade boa? Porque primeiro haverá uma economia significativa por parte do Governo do Estado, já que temos aí uma frota muito grande. Haverá milhões de reais em economia não enviando. Quem pagava o IPVA, pagou no ano passado, já não pagou através do boleto. O Estado está mandando um boleto, a pessoa já não está utilizando, ela vai ao banco e tira o extrato. “Ah, eu não tenho internet na minha casa para tirar o IPVA”. Não tem importância, vai num caixa eletrônico do banco, sabe o valor do IPVA. Quem tem carro sabe que terá que pagar o IPVA. Então será uma economia significativa para o Estado.

Esperamos que no ano que vem essa economia se reflita na redução na carga tributária, se não do IPVA, de outros impostos, até porque toda vez que o Estado economiza ele pode e deve abater a carga tributária.

Quero enaltecer esses três pontos, Sr. Presidente, até porque o IPVA atinge hoje quase todos os paranaenses, de uma maneira direta ou indireta. É algo que sempre gera questionamento. Nós que questionamos aqui recentemente a base de cálculo dos veículos, temos a obrigação de dizer que a tabela que veio anexa à lei contempla essa redução na ordem de 10%.

Mais uma vez refazendo o convite aos Pares e à imprensa aqui presente, para prestigiar o lançamento do nosso livro hoje, que não tem o condão de ensinar ninguém. Na verdade, é uma assessoria socializada para quem quiser praticar responsabilidade social. Ele não ensina a pagar menos imposto, até porque o empresário que quer pagar menos imposto é mais fácil ele sonegar. Porque aquele empresário que quer praticar responsabilidade social, ele pratica como opção e como entendimento, que ele pode fazer algo pela sociedade, onde ele está inserido e que ele tire o lucro da sua empresa. É isso

que queremos fazer, socializar esse tema da responsabilidade social, até para aqueles que precisam da dignidade que alguns projetos de responsabilidade, hoje, sérios, aplicados no Brasil, têm o apoio de algumas empresas também sérias, eles possam ter um acesso mais facilitado. Até o pequeno empresário pode praticar responsabilidade social, se não direta, indiretamente, com redução do imposto.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta todo mundo convidado e com desconto especial no livro hoje?

Deputado Tadeu Veneri com a palavra.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Quem for lá hoje, a Editora Atlas vai dar um desconto especial.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero apenas fazer aqui uma lembrança: no dia 09 de outubro apresentamos aqui nesta Casa e aprovamos um pedido de informações para que a Secretaria da Criança e Juventude desse conta de um processo administrativo interno que ocorre naquela Secretaria. O Deputado Péricles acompanhou a Juíza da Infância daquela Cidade e outros Deputados estão acompanhando, para que soubéssemos qual o resultado da sindicância, se ela foi feita, quais as consequências daquela sindicância e quais as medidas que serão tomadas.

Até o presente momento, estamos há mais de 30 dias e não recebemos a resposta ainda. Vamos aguardar esta semana, se não houver a resposta adequada deveremos entrar com medidas inclusive, dentro do nosso entendimento que possibilitem termos acesso à essas informações.

O que me traz aqui, Sr. Presidente, é uma preocupação que, já de algum tempo conversava com o Deputado Cheida, vem acontecendo no Estado do Paraná.

Tivemos há alguns dias um pedido de CPI dos Aterros Sanitários no Estado do Paraná. Não assinei essa CPI por várias razões, mas porque entendo que temos que fazer uma cobrança ao IAP no sentido mais amplo do que os aterros sanitários. Por que digo isso? Porque me parece que deveríamos ter, de fato, uma resposta sobre todos os licenciamentos ambientais feitos pelo IAP nos últimos dois anos.

Todos os licenciamentos ambientais feitos, todas as multas cobradas, todos os processos mitigatórios que foram feitos, todas as compensações, quanto de fato entrou em recursos na Secretaria, quando foi aplicado, de que forma essas multas estão sendo aplicadas, quantos são àqueles que foram multados. Por que estou falando isso? Porque estamos a cada dia assistindo questionamentos

diferentes sobre aplicação de multas. Algumas multas que são feitas em determinado valor e que depois são negociadas por um valor menor. Multas que são aplicadas de forma diferenciada, muitas vezes, em situações similares. Não sabemos se a compensação ambiental, V. Exa. inclusive fez parte da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, sabe que é uma compensação, em determinadas multas, com medidas mitigatórias.

Se essa compensação está sendo aplicada ou não, se os recursos das multas estão de fato entrando, e em que quantidade estão entrando nos cofres da Secretaria. Se a partir daí a Secretaria tem aplicado esses recursos, de que forma tem feito as aplicações desses recursos? Por que falo isso? Porque me parece que é pouco fazermos aqui uma CPI que procura saber a respeito dos aterros sanitários. Claro que ela pode ser até desnecessária. Mas me parece que é pouco. Uma CPI que se baseie exclusivamente nos aterros sanitários, ela vai pegar alguns: vai pegar Itaperuçu, Ponta Grossa, esse caso específico de Curitiba, que não sabemos, mais uma vez, onde vai parar.

Novamente o Judiciário dá mais um ano sem talvez saber que nesse processo desse novo ou dessa extensão desse aterro de Curitiba estão casas, creches e unidades de saúde, a cerca de 150 metros, e que talvez o Juiz, desta vez, tenha dado e não sabia. Parece-me que a Associação dos Moradores do Caximba irá procurar o Juiz para esclarecer que não se pode fazer um aterro sanitário a 100 metros de uma creche. Creche essa, no caso específico do Caximba, já chegou a ficar fechada pela quantidade de ratos e moscas durante um certo tempo.

Se tivermos que cuidar com os aterros, temos que ir além da questão dos aterros. Além de Itaperuçu, além de Ponta Grossa, além de Curitiba, temos que saber qual foi o valor das multas aplicadas, quanto em termos de medidas e quantas foram. Quanto do recurso, de fato, entrou e quanto do recursos está sendo aplicado.

Acredito que com isso o IAP terá apenas condições de, em princípio, nos informar aquilo que está sendo feito hoje. Para que não paire nenhuma dúvida sobre o IAP acho que temos que ter todos os dados e todas as informações. Se as informações já forem suficientes, aí talvez partirmos para aquilo que alguns Deputados entendem ser necessário: uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Mas eu, particularmente, quero em princípio saber quantos foram os recursos até hoje recolhidos pelo IAP, e esses recursos, qual foi a aplicação dada onde está sendo aplicado, quais as multas, qual a compensação feita e quanto dessa multa, de fato, está sendo aplicado naquilo que prevê a lei, que são compensações ambientais.

Espero, Sr. Presidente, que possamos aprovar este pedido de informações e que na sequência possamos ter a resposta do IAP, porque não podemos mais ficar vivendo em cima de dúvidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Vou falar sobre este assunto do Deputado Tadeu Veneri. Sugiro dois caminhos: a Comissão de Fiscalização e Controle da Casa, e a Constituição e o Regimento

Interno determinam ao Tribunal de Contas e mesmo ao IAP, qualquer Poder ou órgão, Secretaria, que utilize dinheiro público, tem cinco dias para responder a este Poder Legislativo.

Sugiro a V. Exa. que fale com o Deputado Artagão Mattos Leão, que é Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, porque conheço bem este trâmite, por ter sido Presidente durante quatro anos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, como membro da Comissão de Fiscalização, o Deputado Neivo Beraldin acabou de falar e eu já estava pensando sobre isso, temos uma reunião na quarta-feira, da Comissão de Fiscalização, vou sugerir, como membro, que a Comissão faça todo esses pedidos pela Comissão. Todos os que serão apresentados, hoje, serão apresentados na Comissão de Fiscalização. Se V. Exa. quiser seu requerimento, apresento na quarta-feira, como um pedido oficial da Comissão de Fiscalização. Porque acho que é o melhor caminho. Convoca-se o Secretário, se for preciso, dá as explicações na comissão. Lá, qualquer dúvida, qualquer Deputado pode perguntar.

Era esta minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cabe a questão de ordem de V. Exas. E até aproveito para responder publicamente. Esta Casa, hoje, tem as Comissões Permanentes extremamente fortes. Estou aqui já há algum tempo e não lembro de ter visto as Comissões Permanentes da Casa trabalharem tanto como trabalham durante este período. Apenas algumas não exercem o poder que têm. Então, não há, efetivamente, necessidades de CPI ou Comissão Especial ou coisa parecida, se temos estas comissões exatamente para isto. Com poderes de convocar, desconvocar, pedir isso, pedir aquilo. E se houver, efetivamente, necessidade, as comissões podem até se unir, a Comissão de Fiscalização se une com a Comissão do Meio Ambiente e assim por diante. Acho que mecanismos para isto temos de sobra.

Grande Expediente:

Concedemos a palavra ao Deputado Neivo Beraldin.

Deputado Neivo Beraldin (PDT)

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna na tarde de hoje para relatar, com satisfação, uma matéria que assisti ontem, no Globo Ecologia, sobre o ICMS Ecológico. Na verdade, a Globo Nacional fez uma reportagem mostrando a importância que tem para o País o ICMS Ecológico, lembrando que o ICMS Ecológico começou, aqui no Paraná, em 1992, sendo eu o autor desta lei. E esta Casa aprovou a Lei do ICMS Ecológico, que hoje é colocada em prática por 12 Estados do País.

A Globo Nacional fez uma reportagem destacando a importância que tem esta lei para com o meio ambiente e também a vantagem que têm os Municípios que recebem esses recursos, no sentido de aplicar, para o bem-estar da população, sobretudo na área social. E se fez alguns comparativos, de alguns Municípios. Se levantou, por exemplo, São Jorge do Patrocínio, que é o Município que mais recebe, em percentual, do Paraná, mas não em dinheiro. Digamos assim, é um Município muito atualizado nesta área e eu não poderia deixar de repercutir aqui esta matéria, porque o Estado do Paraná teve grande vantagem com a Lei do ICMS Ecológico. Os Municípios, os Prefeitos, até aqueles que não tinham vocação, ou visão, no sentido de preservar o meio ambiente, passaram a ter uma importância, passaram a dar uma atenção especial a essa questão, porque passaram a receber dinheiro. E o Ministro Minc, na sua entrevista ao Globo Ecologia no dia de ontem, dizia que a lei é uma das mais importantes leis do País na área da preservação ambiental.

Então, aqueles Prefeitos que não tinham a vocação de preservar o meio ambiente, ou que não tinham a visão da importância da preservação ambiental, o Paraná saiu na frente e já distribuiu aos Municípios do Paraná, hoje são 231 Municípios que recebem recursos da Lei do ICMS Ecológico, já receberam mais de R\$ 2 bilhões. Tem Município como Piraquara, por exemplo, que já recebeu mais de R\$ 200 milhões.

Coloquei aqui, para o conhecimento dos Srs. Deputados e dos nossos telespectadores, alguns números de alguns Municípios em relação ao que receberam no passado. Veja que Adrianópolis recebeu R\$ 1 milhão e 400 mil; Almirante Tamandaré, R\$ 1 milhão e 300 mil; Alto Paraná, R\$ 2 milhões e 300 mil. No ano passado só, Deputado Valdir Rossoni. Você veja que todas as quartas-feiras os Municípios recebem a sua importância, repassado pelo Governo do Estado através de alguns critérios, importância ecológica, importância agrícola, industrial, são alguns critérios que dividem um bolo que é repassado aos Municípios.

Então, temos aqui Antonina, por exemplo, que recebeu no ano passado R\$ 1 milhão e 815 mil; Arapongas recebeu R\$ 1 milhão, 964 mil; Astorga, R\$ 811 mil, Cambé recebeu R\$ 3 milhões e 24 mil; Campina Grande do Sul, R\$ 1 milhão e meio. Tomei alguns Municípios como exemplo. Campo Magro, aqui na Região Metropolitana, no ano passado recebeu R\$ 4 milhões e 200 mil por conta da lei do ICMS Ecológico. Se ele não tivesse a Lei do ICMS Ecológico estaria recebendo R\$ 1 milhão e meio. Pois recebeu um total de R\$ 6 milhões, 862, sendo 4 milhões e 200 do ICMS Ecológico. Campo Largo, por exemplo, recebeu R\$ 2 milhões e 42 mil. Carabeí, R\$ 2 milhões, 620 mil; Castro, R\$ 2 milhões e 900 mil.

Então, Deputado Cheida, é normal encontrarmos aqui Municípios como Guaraqueçaba, que recebe R\$ 3 milhões e 5 mil no ano. Município como Piraquara, que recebe mais de R\$ 10 milhões; Município como Quatro Barras, que recebe também em torno de R\$ 2 milhões.

Então, a Região Metropolitana de Curitiba é altamente contemplada.

Aí nós, Deputados, ficamos, às vezes, levando críticas e tal, por assuntos que não são positivos. Essa é uma lei positiva e que devemos nos orgulhar, porque o País, hoje, está sendo elogiado pelo Ministro do Meio Ambiente, pelas autoridades competentes na área ambiental do País, e que nessa agenda ambiental que haveremos de discutir no Estado do Paraná e no País, o Paraná já pode dizer que em 18 anos de funcionamento da Lei do ICMS Ecológico já distribuiu mais de R\$ 2 bilhões e estimulou a criação de mais de 550 novas áreas verdes. Segundo o Ministro Carlos Minc, nessa reportagem, disse que o Paraná aumentou 14 vezes sua área verde, por conta do ICMS Ecológico.

Concedo um aparte ao Deputado, Presidente da Comissão de Ecologia desta Casa, nosso grande amigo e grande Deputado Estadual do Paraná, Luiz Eduardo Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

Gostaria de dizer que sou fã ardoroso dessa lei de sua autoria. Acho que valeu a sua carreira política ter implementado a lei no Paraná. E por um motivo muito claro, nem é pela questão da quantidade de recursos que já seria suficiente, mas o que vemos é constantemente a lei que vem para punir quem faz o errado. A sua beneficia quem faz o certo. É o oposto da moeda. Não há dúvida nenhuma que a premiação, você bonificar quem faz o certo é muito mais vantajoso e incentivador na questão, não só da preservação ambiental.

Vemos quando um filho vem dizer que foi bem, se dermos uma recompensa, um abraço, um beijo, ele sente-se muito mais fortalecido e estimulado. Essa sua lei cumpre esse objetivo. Existem poucas coisas no mundo que são mais atuais que isso. Nova Iorque está discutindo essa questão com relação a sua água. Aqui no Paraná estamos discutindo. Minas Gerais também. O País inteiro está discutindo formas de pagamento por serviços ambientais. Em tese, a Lei do ICMS Ecológico fala justamente nisso.

Pedi um aparte apenas para fazer esse contraponto, que acho fundamental entre a lei de crimes ambientais, que completa 10 anos, e não fez tanto quanto a outra parte, que seria o ICMS Ecológico e os seus afiliados, que são os pagamentos por serviços ambientais.

Parabéns! Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Agradeço, Deputado Cheida, que tanto fez também pelo nosso meio ambiente, pois foi Secretário do Meio Ambiente e conhece, muito melhor do que ninguém aqui dentro, a questão ambiental e como funciona a Secretaria do Meio Ambiente e seus afiliados, o IAP e também a SUDERHSA.

Enfim, essa questão ambiental é discutida há muito tempo. Quando me inspirei em apresentar essa lei foi estando em Piraquara. Naquela época o Município de Piraquara recebia em torno de R\$ 50 mil de ICMS. E Araucária recebia em torno de R\$ 4 milhões. Por quê? Porque Araucária tem indústria que rende bastante. E Piraquara tinha indústria de água que fornece Curitiba e toda Região Metropolitana em quase 70%. Vi aquele Município condenado ao empobrecimento, por ter áreas de preservação ambiental de lei federal, estadual e municipal. Então, tínhamos que compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

Antes da Constituição de 1988 começamos um trabalho com Fábio Feldman, que era Deputado Federal, e o Carlos Minc, que era Deputado Estadual do Rio de Janeiro. Lá fui após aprovação da lei aqui, mostrar a nossa prática, para que pudesse colocar no Rio de Janeiro. O Deputado Fábio Feldman fez colocar um artigo da Constituição Federal, artigo 158, eu aqui como Constituinte Estadual coloquei uma combinação que é hoje o artigo 132 da nossa Constituição do Estado do Paraná. Em 1991 ingressei com a lei regulamentando o artigo 132 da Constituição Estadual, apresentando a ideia do ICMS Ecológico. E aí contei com uma série de técnicos que tenho que agradecer muito, funcionários públicos e pessoas que trabalharam no BRDE, como Elcio Magalhães, que foi quem fez a equação propriamente dita da lei. E foi esse sucesso e que é hoje, a ponto de ver o Ministro do Meio Ambiente dizendo que, no mínimo, o País distribui, este ano, em torno de R\$ 600 milhões a quem tem a responsabilidade de cuidar dos nossos parques, dos nossos rios, dos nossos mananciais, da nossa natureza.

Esta bandeira que efetivamente esquecemos de defender no passado, há muito tempo, hoje estamos correndo atrás de alguma coisa que precisamos recuperar.

Como disse o Deputado Cheida, e fez a convocação na próxima quarta-feira para uma grande Audiência Pública no plenarinho da Assembleia Legislativa, tomara que possamos discutir essas questões, porque o Paraná está na frente. Com o ICMS Ecológico o Paraná é exemplo para o País, porque São Paulo aderiu, Minas Gerais aderiu, Rio de Janeiro aderiu, enfim, 12 Estados já concretizaram a lei, que já está funcionando. É claro que não é tanto dinheiro quanto o Paraná distribui, porque nós aqui distribuimos 5% dos 25% que pertencem aos Municípios. Os outros Estados foram mais modestos, com 2%, 1%, 3%, mas tomaram a iniciativa.

É evidente que se distribuirmos recursos para quem cuida dos mananciais, por exemplo, o entorno de Curitiba, preservando os nossos mananciais, hoje, aqui, estamos captando a água e vendendo ao cidadão na ponta a um preço que é hoje. Agora, se imaginássemos que esses mananciais não tivessem sido cuidados, ao longo desse tempo, pela compensação financeira que os Municípios receberam, estaríamos então captando a água do rio Capivari, que possivelmente seria muito mais caro lá na ponta.

Então, discutir essa questão do meio ambiente é uma responsabilidade de todos nós.

Quero cumprimentar a Casa, como um todo, por ter sido solidária nesta questão. Quero cumprimentar, muito particularmente, ao Governador Requião, porque ele sancionou a lei e tivemos que enfrentar grandes resistências. Ele, também, foi o que decretou a lei que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1992 e que, como já disse, mudou a realidade econômica de 231 Municípios do Paraná, mas, mais do que isto, deu um exemplo para o País.

Concluo dizendo, Deputada Cida Borghetti, que esta lei é positiva. Como paranaenses, temos que propagar esta lei. E temos que dizer aos Municípios que recebem esses recursos, aqueles que recebem o recurso mais expressivo, que invistam nas cabeceiras das nascentes dos nossos rios, das nascentes de água, que ajudem os pequenos agricultores, que colaborem para que eles preservem as nascentes, assim como faz Nova Iorque, por exemplo, que compensa os Estados Vizinhos para que eles cuidem da qualidade da água, para que a água tenha menos produtos químicos e chegue com melhor qualidade à casa do Cidadão.

Era isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no horário do Grande Expediente, próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas presentes nesta tarde.

Primeiramente, como Deputado Neivo colocou, quero colocar a importância dos royalties, mas temos que aperfeiçoar ainda mais. Quem sabe, Deputado Dobrandino, tirar os 5% não dos Município que já sofrem muitas dificuldades, mas sim tirar os 5% dos 75% que tem o Estado do Paraná na arrecadação do ICMS. Portanto, precisamos de mecanismos que realmente mostrem a eficiência dessa legislação, punam aqueles que realmente não investem os recursos em prol da defesa do meio ambiente, e principalmente fazer com que o Estado regule isso e também contribua com os 5% e não tiremos mais recursos dos cofres municipais, onde muitos Municípios sequer conseguem manter as mínimas políticas sociais.

Mas, a razão de eu vir à tribuna não é esse tema. É dizer que na semana passada participamos do Seminário de Ações Estratégicas para o Desenvolvimento de Região Metropolitana de Curitiba, com a participação de vários Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, membros da sociedade. E lá no auditório do Ministério Público realmente pudemos assistir aquilo que falávamos recentemente em relação à mudança do modelo de gestão, a necessidade de uma gestão mais eficiente, de decisão, de

ação na Região Metropolitana de Curitiba. E creio - mesmo Londrina sendo uma Região Metropolitana criada ainda sem uma estrutura - que ela precisa ter um modelo de gestão eficiente, para que não aconteça lá também o crescimento, a evolução dos problemas das grandes metrópoles, que muitas vezes falta ou o Estado se torna incompetente para poder enfrentar isso sozinho.

E lá estive o nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti, falando sobre as questões dos serviços de interesse comum, da água, da questão da habitação, do saneamento, do transporte coletivo, da Segurança Pública, dos resíduos sólidos que também afligem toda a nossa região. E pudemos acompanhar o Pessuti falando com um grande conhecimento de causa. E ficou claro, evidente, que se não houver uma solução integrada, uma articulação de esforços das três esferas de Governo, esfera federal, estadual e municipal, juntamente com a sociedade civil organizada, jamais conseguiremos enfrentar o problema, reverter o drama que aflige as grandes metrópoles brasileiras e aqui na nossa querida Região Metropolitana de Curitiba, que tem um terço, praticamente, da população do Estado do Paraná, que contribui com mais de 50% da arrecadação do Estado. Vemos, aqui muitos problemas sociais, problemas de políticas públicas, que padecem de uma decisão de Governo, padecem de ações concretas, efetivas, para que possamos reverter a questão da região.

Uma visão estratégica de futuro é necessária. E evidentemente que Saúde, Educação, têm que ser entendidas como necessidades básicas, como necessidade fundamentais, para que possamos incluir o cidadão da periferia de Curitiba, que não tem sequer as mínimas condições de saneamento. E quando analisamos a Região Metropolitana, vamos ver que os menores índices de saneamento básico encontram-se aqui na Região Metropolitana de Curitiba. É preciso reverter essa questão.

Quando analisamos a questão da Educação em relação às práticas públicas, por exemplo, da atenção à criança, ao adolescentes, vemos que a criminalidade avança a passos largos na região, cooptando jovens, adolescentes no mundo do crime, porque faltam políticas sociais eficientes do Governo e muitos Municípios sequer contam com a capacidade econômico-financeira para poderem enfrentar esse problema sério. E aí veja que o Estado deve, mais do que nunca, investir essa grande arrecadação originária da nossa Região Metropolitana, para enfrentar e criar políticas de compensação regional, políticas que possibilitem à Prefeitura, como a de Almirante Tamandaré, por exemplo, Itaperuçu, que possuem uma das menores arrecadações do Município por habitante, poder enfrentar o seu drama.

Imaginem os senhores que um Município consegue ter em torno de R\$ 300 por ano para cada habitante para investir. Isto não é nada se formos avaliar a capacidade de Curitiba, Araucária e outros Municípios. Municípios até que receberam uma boa decisão do Governo anterior, investimentos para alavancar o seu crescimento econômico com a instalação de montadoras, de novas

empresas que estão gerando empregos, gerando arrecadação, mas esta arrecadação não é compartilhada com os Municípios da região, criando uma enorme desigualdade na região, onde exigimos e pedimos a cada dia que seja feita justiça na região.

E esse seminário serviu para definir que o planejamento da região ainda é um grande desafio e que não adianta planejar se esse planejamento, como foi o primeiro PDI em 1978, que foi concluído em 1982, ele permaneceu na gaveta por 10 anos até que fosse feito o novo PDI da região e que concluímos em 2006 esse trabalho. Infelizmente, somente agora estamos dando alguns passos no sentido de aplicar, no sentido de restabelecer o planejamento efetivo através de ação. O planejamento sem ação é apenas um trabalho acadêmico sem eficiência, sem produzir resultados. Este problema identificado, dimensionado, precisa ser enfrentado de forma urgente na nossa Região Metropolitana.

Também as 14 Cidades que compõem o núcleo central, nesse projeto que temos, que pretende estabelecer um novo modelo de gestão para a Região Metropolitana, que estamos discutindo na Comissão de Finanças. Fizemos uma Audiência Pública há questão de uns 15 dias, estamos buscando contribuições da sociedade, dos Prefeitos para que possamos fazer desse projeto um projeto da nossa Região Metropolitana; um projeto não de iniciativa de um Parlamentar, mas uma decisão de Governo, de políticas públicas para a nossa região. O núcleo central, que são as 14 Cidades mais ligadas a Curitiba, representam 97% da população de toda região. É evidente que elas têm condicionantes muito próprios, físicos, legais, que muitas vezes determinam que muitas áreas de expansão estão inaptas. São áreas restritas às políticas de meio ambiente, a questão da preservação dos mananciais. A questão também do Karst e que vemos com grande preocupação, até porque surpreendentemente tomamos conhecimento que o IAP autorizou uma licença ambiental recentemente, sem qualquer estudo de impacto, numa área de mananciais, de proteção no Município de Itaperuçu.

Então, precisamos discutir de fato, em profundidade, o que podemos fazer. Não consigo entender como se procedeu esse licenciamento. Cobrei até do Presidente do IAP, o Victor Hugo, como e de que maneira o IAP licencia uma atividade de tamanho impacto ambiental, sem sequer que haja um estudo, um relatório, sem sequer consultar a MINEROPAR, para saber qual a formação geológica, e evidentemente isso nos cria uma grande preocupação.

A questão do lixo creio que devemos nesta Casa discutir.

Um aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para parabenizá-lo e dizer que no próximo dia 25, na próxima quarta-feira, estaremos numa Audiência Pública da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente,

chamando uma discussão sobre o Karst. É justamente que nessas propostas foram colocadas também a deficiência muito grande de policiamento da Polícia Militar; colocada como necessidade a criação da Patrulha Rural do Vale do Ribeira; a questão de criar, de fortalecer o órgão metropolitano como colocávamos, para que possamos criar políticas públicas de investimento na região.

Tenho certeza que será encaminhado ao Governador. Mas mesmo assim precisamos debater e mudar o modelo de gestão, para que os Prefeitos possam sentar-se à mesa e discutirem com seus técnicos um orçamento para investimento na região e possamos ter uma decisão de Governo, decisão política para que a Região Metropolitana que hoje se agrava a cada dia tenha a sua questão social amenizada em função do que temos hoje. Isso para o bem de Curitiba, porque não vejo condições de ter vida de qualidade em Curitiba se o seu entorno tem problemas sérios.

É nesse sentido que estamos colocando. Queremos a contribuição dos Srs. Deputados para que possamos melhorar esse projeto, para que possamos dar um passo a mais e sermos eficientes na aplicação dos recursos públicos.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Martins.

Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Esses dias estava lendo os jornais e vi uma notícia do Mato Grosso.

(Lê):

O Governador Blairo Maggi (PR) marcou a posse dos sete indicados para a Agência da Copa (Agecopa) para a próxima terça-feira, 27 de outubro. Entretanto, a Assembleia Legislativa ainda não publicou, no Diário Oficial, a resolução com a aprovação dos nomes, necessária para o ato de posse.

Conforme a Assembleia, o processo para a publicação em Diário Oficial passa por trâmites burocráticos, como o recolhimento de assinaturas dos Parlamentares entre hoje e segunda-feira. A Casa garantiu que a publicação da posse, já marcada.

A solenidade está prevista para começar às 9h no Salão Cloves Vettorato, no Palácio Paiaguás. Maggi dará posse a quatro de seus Secretários: Adilson Sachetti (Apoio às Políticas Ambientais e Fundiárias), Yênes Magalhães (Planejamento), Yuri Bastos Jorge (Turismo) e Jefferson de Castro (representante do Estado em Brasília), além de dois Parlamentares, indicados pela Assembleia: o

Deputado Estadual Roberto França e o suplente Carlos Britto, e um indicado pela Prefeitura de Cuiabá, Agripino Bonilha Filho. A Agência, que será a responsável por todos os projetos relativos à Copa do Mundo de 2014, em Cuiabá, terá orçamento próprio, avaliado em pelo menos R\$ 1 bilhão do Governo do Estado, pelos próximos cinco anos. O mandato dos indicados começa a valer em janeiro do ano que vem. Eles poderão indicar os membros de cada diretoria. Ao todo serão mais de 80 cargos.

Adilson Sachetti foi escolhido para ser o Presidente da Agecopa, Yênes Magalhães será o diretor de Planejamento, Yuri Bastos foi indicado para ser o diretor de Assuntos Estratégicos, Jefferson de Castro assume a diretoria de Orçamento e Finanças. Já Roberto França será o responsável pela Comunicação e Marketing da agência, Carlos Brito vai conduzir o setor da Infraestrutura e Agripino Bonilha foi indicado para a diretoria de Articulação Interinstitucional.

Todos os indicados tiveram que se desfiliar de partidos políticos e não poderão pensar em disputar eleições pelos próximos anos. O salário dos diretores de Agecopa será de R\$ 10,5 mil mensais, enquanto permanecer no Governo, Maggi terá uma cadeira no Conselho, sendo substituído pelo próximo Governador.

Tenho uma dúvida que vamos levantar, porque nessa Agência Agecopa, tem dois representantes da Assembleia Legislativa do Mato Grosso e não sabemos ainda se eles poderão concorrer à eleição ou não. Será que não poderíamos copiar?

A pergunta que eu faço aqui: vamos ter a Copa do Brasil. Curitiba será uma subseleção. A Arena da Baixada será palco das atrações. Será que não estamos muito lentos nesse caminhar da Copa?

Parece-me que sim, houve gesto de boa vontade desta Casa, através inclusive do Deputado Bertoldi. Está havendo gesto de boa vontade por parte da Prefeitura de Curitiba, e parece-me que o Vice-Governador, Orlando Pessuti, vem conduzindo esta questão. Mas acho, sugiro, entendo que é preciso ser mais profissional. Não que eles estejam sendo amadores. Não é isso! Mas é preciso ter mando, ter poder de decisão, deliberação. Não é apenas fazer um Conselho Consultivo. Daí você vai consultar o Antonio, o José se da certo ou não dá. O Conselho Deliberativo. Como disse o Deputado Anibelli, há uma compensação profissional aqui, jogo profissional de R\$ 10 mil e 500 para os dirigentes da Agência da Copa do Mato Grosso.

Volto a repetir, eles querem transformar a Copa do Mundo no Brasil, na Copa do pantanal. Eles querem levar turistas do mundo inteiro para o pantanal. Por que não trazer também os turistas do mundo inteiro para o nosso Paraná, que é tão bonito, tão atraente, que tem lugares tão preservados, encantadores?

Eu não sei, parece que está havendo um certo marasmo nesta questão da Copa, aqui em Curitiba. Isso

me preocupa muito! É preciso haver urgente uma parceria mesmo, de verdade, entre o Governo do Estado, a Prefeitura de Curitiba, as entidades, todas as instituições, os sindicatos, as entidades de classe, formando uma verdadeira agência que possa cuidar.

Vejo a Prefeitura de Curitiba fazer algumas ações, alguns Municípios também fazendo algumas ações, principalmente Municípios turísticos do Paraná. Vejo o Governo do Estado, através do Vice-Governador Orlando Pessuti, mas não vejo uma sincronia entre toda essa gente, e 2014 já está aí.

Gostaria de deixar esse lembrete aqui e fazer esse apoio às nossas autoridades. Tenho certeza que a Assembleia Legislativa, através de sua Mesa Diretora, do seu Presidente, Deputado Nelson Justus, 1º Secretário Alexandre Curi, o 2º Secretário Valdir Rossoni, tenho que a Mesa Diretora desta Casa, Deputado Líder do Governo Romanelli, a Mesa e as lideranças não criarão dificuldade nenhuma. Mas é preciso começar a tomar atitudes em virtude da Copa do Mundo, que tanto lutamos e houve uma luta tão sincronizada para que viesse para cá. Todos lembramos, nos empenhamos e parece que a coisa arrefeceu-se por aqui. Quando vemos em outros Estados a caravana andando, caminhando e se organizando. Se a coisa está caminhando por aqui ela está muito esparsa, uma faz aqui, outro faz lá. O apelo que estamos fazendo nesta tarde é para que haja uma sincronia.

O Governo do Estado pode contribuir muito com isso, a Assembleia Legislativa e todos os Srs. Deputado vão ajudar, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Teruo Kato.

Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ocupo esta tribuna na tarde de hoje, para falar de um importante evento que vai acontecer esta semana aqui em Curitiba, o Seminário Estadual sobre Escola em Tempo Integral.

A Secretária Professora Yvelise, há questão de 60 dias, compôs uma comissão para tratar desse assunto, liderada pelo Professora Elisane Fank, que se reuniu durante todo esse período no sentido de programar esse seminário, que tem como objetivo fazer com que esse tema da escola em tempo integral seja debatido, avaliado. Até porque temos aqui no Estado do Paraná várias experiências em andamento, e todos os indicadores e todos os resultados obtidos através desse modelo de Educação em tempo integral nos indicam que este é um dos bons caminhos para que possamos melhorar a educação fundamental em nosso País.

Hoje o que verificamos, em função de deficiências na educação básica, temos aí no ensino médio uma evasão enorme dos nossos jovens da escola, o que reflete no próprio futuro desses jovens.

Por isso, gostaria de ressaltar esse Seminário, pedindo para que os Prefeitos participem desse evento, já que teremos palestras importantes.

No dia 19, próxima quinta-feira, será a abertura desse Seminário, às 19h e teremos a palestra da Dra. Yvelise de Freitas Arco-Verde, que é nossa Secretária da Educação, com o seguinte tema: Escola em Tempo Integral, Tempo e Organização Curricular. No dia 20, sexta-feira, teremos dois painéis. O primeiro debatendo currículo e recursos humanos e formação de professores na escola em tempo integral. No segundo painel teremos discussões a respeito de financiamento e infraestrutura na escola em tempo integral.

Teremos também a apresentação de experiências daqui do Estado do Paraná, e uma das experiências que será apresentada será a de Apucarana, que tem naquele Município 37 escolas em tempo integral, funcionando há mais de sete anos, com resultado bastante satisfatório, principalmente no IDEB.

Isso quer dizer que a escola em tempo integral, além de fazer com nossas crianças permaneçam mais tempo na escola, está fazendo com que realmente as crianças aprendam mais, tendo portanto um melhor desempenho, principalmente na avaliação.

Teremos também a apresentação da experiência de Paranaguá, que tem naquele Município, há bastante tempo, 12 escolas funcionando em tempo integral. Por isso, teremos apresentação por parte de Apucarana, pelo ex-Prefeito Padre Walter Pegoré, e por Paranaguá a apresentação será feita pela Secretária Elvira do Rocio Bezerra Geral.

Além disso, teremos palestras importantes de técnicos que realmente têm se dedicado a este assunto. Uma das palestras será da professora Lúcia Veloso Maurício, que desde 2008 desenvolve pesquisa sobre educação integral e educação integrada em tempo integral, principalmente com relação a concepções e práticas na Educação brasileira.

Em seguida, teremos esta do Sr. Vander Oliveira Borges, ele que é economista do FNDE e também do MEC o Coordenador Geral de Operacionalização do FUNDEB e de acompanhamento e distribuição dos recursos que são arrecadados através dos Municípios.

Então, acho que é uma grande oportunidade para todos os Prefeitos aqui do Estado do Paraná, que têm a intenção de investir mais efetivamente na área da Educação e que vem nesta possibilidade de educação em tempo integral, de que possamos estar mudando a realidade das nossas crianças e permitindo, logicamente, um futuro melhor para todas elas.

Acredito que o Paraná poderá dar um salto nesta questão da qualidade da Educação, já que o Paraná, através do nosso Governador Roberto Requião, já investe 30% do

orçamento na Educação. E isto possibilitou investir mais na formação dos nossos professores, investimento principalmente na recuperação das nossas escolas, em quadras cobertas. Tudo isto vem transformando a Educação no nosso Estado. E isto já refletiu também na avaliação do Estado do Paraná.

Hoje temos o maior IDEB do Brasil e, com certeza, no momento em que mais Municípios optarem pela escola em tempo integral, a partir do momento em que todo os municípios investirem mais na formação dos nossos professores, que todos os Municípios também possam melhorar a gestão das nossas escolas, porque já está comprovado que a gestão escolar também é extremamente importante e influencia diretamente no resultado da qualidade do ensino. Acredito que temos aí todas as condições de fazer com que a educação básica possa melhorar, e que através da melhoria da educação básica, podemos ter, realmente, melhores resultados, principalmente para nossos jovens, que eles continuem colocando seus estudos com prioridade, que através dos estudos ele possam encontrar os caminhos para terem uma formação e que possam, além de contribuir com o desenvolvimento do nosso País, que principalmente possam ter uma melhor qualidade de vida.

Quero finalizar, reforçando para que os Prefeitos possam se inscrever para esse Seminário. Se o Prefeito não puder participar, que faça a inscrição para esse seminário. Se o Prefeito não puder participar, que faça a inscrição do seu Secretário ou Secretária da Educação, que aproveitem esses dois dias importantes aqui para o nosso Estado, e que através desse seminário possamos, no ano que vem, ter muito mais escolas oferecendo o tempo integral para as nossas crianças.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Bloco PPS/PMN.

(**Declina**)

Democratas. Deputado Plauto Miró com a palavra.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fazia uma leitura das estatísticas dos números e levantamentos sobre a agricultura no nosso Estado do Paraná, e números importantes para o nosso Estado, para o produtor, para a balança comercial.

(**Lê**):

Em 2008, o agronegócio contribuiu com US\$ 60 bilhões para o saldo da balança comercial, contra US\$ 24,7 bilhões de todo o resto da economia. Em 2003, apenas seis anos atrás, a contribuição do agronegócio era de US\$ 25,8 bilhões, quase igual aos US\$ 24,8 bilhões dos outros setores. Participação que tem tudo para permanecer em crescimento, pois as exportações

da agroindústria devem continuar crescendo, 1,3% ao ano até 2030, segundo dados da consultoria e da FGV Projetos. O agronegócio explodiu nas suas produções, nas suas responsabilidades, como grande fornecedor de alimentos, não só internamente como externamente. Hoje temos tudo aqui, só importamos o trigo. Exportamos 30% da nossa produção para mais de 150 Países. Temos 10 produtos em que estamos entre o primeiro produtor ou o primeiro exportador. Somos o primeiro em produção e exportação em café, suco de laranja, carne bovina e cana de açúcar. Destaca ainda que as principais dificuldades são uma legislação de 40 anos atrás, quando o Brasil era pequeno produtor de alimentos para consumo interno, utilizando a fertilidade natural do solo. Tínhamos uma agropecuária que era extrativa e de subsistência. Num espaço de 40 anos, a agropecuária mudou rapidamente. Temos hoje uma agricultura de alta competitividade e tecnologia e isto significa custos que precisam ser administrados. Devemos produzir 140 milhões de toneladas, contra 134 milhões de toneladas na última safra, crescimento de 4,8% por ganho de produtividade, em função do clima.

Outro problema está na falta do seguro rural, o que justifica a grande quantidade de dívidas dos agricultores. Do nosso Paraná, que este ano perdeu 30% da sua produção de grãos. Como plantar hoje sabendo que não vai receber o que investiu. outra questão importante trata da reforma agrária, que é uma coisa falida, porque se trata de distributivismo de terra, porque não adianta ter a terra se não tiver recursos técnicos, consultoria e assistência para produzir. Em 11/11/09 DSE Paulo Cezar Pimpão.

Para mim é claro tudo isso, Srs. Deputados, a agricultura vai muito bem, o produtor rural vem fazendo a sua parte, os institutos de pesquisas vêm investindo para que possamos ter mais produtividade por hectare no nosso País. E o resultado de tudo isso é um produtor cada vez mais competente, fazendo com que a sua produtividade possa produzir mais, e o nosso País tendo a condição de se tornar um grande exportador de alimentos, fazendo com que tenhamos a condição de vender produtos para mais de 150 Países do nosso planeta. A agricultura vai bem, temos problemas climáticos de um seguro rural, que vai proteger os produtores rurais quando perdem a sua safra por problemas climáticos.

Muitas vezes temos o problema de seca, de sobra de água, de enchente, muitas vezes de granizo, e tem sim que a atividade agrícola ter um seguro para proteger os produtores que utilizam a terra, da produção rural, o seu instrumento de viver, de renda para si e para sua família.

Concedo um aparte ao Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, bastante oportuno, sobre a agricultura. Não tenho dúvidas de que é fundamental para o desenvolvimento do nosso País o aprimoramento cada vez mais intenso da tecnolo-

gia, à disposição não só dos grandes, mas também dos pequenos agricultores. É fundamental salientarmos que a agricultura familiar é a base que alimenta este País. Como já dizia um Presidente norte-americano: “Se um dia as Cidades sofrerem queimadas, o campo sobrevive; se um dia o campo for queimado, as Cidades não sobreviverão”, porque o nosso alimento diário, de cada cidadão, vem do campo, da pecuária, enfim, vem das várias atividades que são desenvolvidas na área rural. Mas temos que nos preocupar com uma questão fundamental que é fazer com que a lei e a ordem sejam garantidas, para que os produtores, principalmente os pequenos e médios produtores possam trabalhar com tranquilidade.

Hoje há no nosso País, lamentavelmente, uma instabilidade e uma sensação de medo, de pânico até, em todo interior dos Estados, devido à ação marginal, à atuação fora da lei, à atuação inconstitucional desse movimento que sequer está legalizado, o MST, que infelizmente recebe, através de ONGs, recursos do Governo Federal. O Governo Federal não deveria sustentar o MST, em hipótese alguma. Acredito que a reforma agrária é necessária neste País, mas não através de um movimento que está fora da lei, e não fazer com que esse movimento funcione com o dinheiro público, dinheiro que é do povo brasileiro, do contribuinte que paga. Desde o brasileiro mais pobre ao mais rico, todos pagam 38% de tudo aquilo que produzem ao longo do ano para o Governo Federal, em forma de taxas, tributos, contribuições.

Quando vemos o Governo alegar que falta dinheiro para a Saúde, para a Educação, Segurança Pública, investimento em ONGs ligadas ao MST para promover mortes no campo, ameaças no campo, isso nos causa uma grande indignação. O Governo Federal deveria tesourar o dinheiro do MST e destinar para equipar e melhorar hospitais que atendem a comunidade mais pobre deste País. As camadas menos favorecidas do Brasil é que estão sustentando, lamentavelmente contra sua vontade, por um erro, por uma irresponsabilidade do Governo Federal, esse movimento fora da lei, que é o Movimento Sem-Terra.

Parabéns pelo seu pronunciamento! Conte com o meu apoio sempre que vier defender a agricultura, principalmente a agricultura de base aqui neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço, Deputado Ney Leprevost.

Quero aqui deixar claro, na minha concepção, por tudo que vi e vejo, o MST tem uma linha ideológica, não está ali para resolver o problema da reforma agrária, porque no momento que se resolver esse problema, deixa de existir o Movimento. E naturalmente suas lideranças, que são grandes articuladores de massas, que usam uma boa parcela da população brasileira como instrumento de confronto, vão perder suas bandeiras. É bom deixar claro, é um movimento que funciona muito mal dentro do nosso País, age na ilegalidade e não concorda da maneira como se faz.

Somos a favor da reforma agrária. Tem muita terra em nosso País para poder assentar famílias que tenham ligação com a terra, que tenham histórico de produtividade, que vivem em propriedades rurais. Agora, não o cidadão que vive nas Cidades, que é motivado não sei muito bem por quê para que faça parte de um movimento. Ele vai até as propriedades, invade e, no decorrer do tempo, as famílias que acabam recebendo seu quinhão de terra acabam retornando para a Cidade, porque ele vende a propriedade ou acaba arrendando aquela terra que lhe foi dada para outros produtores.

Na minha avaliação, esse é um movimento que deixa a desejar. Naturalmente, no decorrer do tempo, esperamos ver a nossa agricultura pujante, fazendo com que o nosso País cada vez possa exportar mais e, naturalmente, vender alimentos a um preço razoável a todos os brasileiros que vivem dentro do território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
Bloco PSB/PRB/PV.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)
Pela ordem, Sr. Presidente.
(**Assentimento**)

Sr. Presidente, há algum tempo fiz a mesma questão de ordem e vou fazê-la outra vez. A questão de ordem é a seguinte: um grupo de universitários do Paraná está precisando fazer um trabalho sobre uma histórica Sessão que tivemos em 20 de agosto de 2001, aqui na Assembleia Legislativa. Exatamente foi a Sessão que durou mais de 23 horas, que foi um projeto de lei de iniciativa popular.

Eu solicitei a V. Exa., que prontamente liberou para que me fossem entregues as notas taquigráficas dessa Sessão, e eu faço outra questão de ordem, encarecendo a V. Exa. para que determine ao serviço de taquigrafia desta Casa que nos conceda. Isso é uma coisa pública e os estudantes estão querendo fazer um trabalho. Estou ansioso em cumprir com a solicitação dos estudantes. Agradeço muito a V. Exa. se puder pedir para que me façam a entrega desse documento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
V. Exa. não recebeu ainda?

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)
Não recebi não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)
Então, vamos providenciar urgentemente.

Esta Presidência solicita que seja atendida a questão de ordem pela taquigrafia. No entanto, isso deve ter sido publicado nos Anais, no Diário Oficial da Casa. Então, V. Exa. terá o mais breve possível.

Liderança do PT. Com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente queria fazer um apelo à Secretaria da Segurança Pública do Paraná para agilizar uma investigação importante. Pontal do Paraná está lastimando o desaparecimento, desde o dia 4 de novembro, do Sr. Jackson Roberto Andrade, de 35 anos, Pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular do Balneário Jardim Canadá, no Município de Pontal do Paraná. O Pastor Jackson também é corretor de imóveis naquele Município e uma grande liderança religiosa. Ele é casado com Cristiane, tem duas filhas, uma de 10 anos e outra de quatro meses. O Pastor foi visto pela última vez no dia 4, em torno das 13h, nas imediações da imobiliária em que prestava serviço de corretor, no Balneário Praia de Leste, em Pontal do Paraná.

A família e a comunidade de Pontal do Paraná estão questionando, porque as investigações estão muito lentas, são infrutíferas, fazendo um apelo para que a Secretaria da Segurança agilize as investigações. Quero manifestar solidariedade à toda família, a todos os participantes da Igreja do Evangelho Quadrangular, a toda comunidade de Pontal do Paraná e do Litoral. Vamos pedir para que todas as lideranças nos apoiem nessa empreitada. Peço que o Deputado de Paranaguá, nosso Deputado Roque, que conhece as questões do Litoral como poucos, os demais Deputados, que possamos fazer uma frente para agilizar essa investigação junto com o Secretário da Segurança. Estou tentando marcar uma audiência com o Secretário para levar este problema até ele.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. De outro lado, uma notícia boa: o emprego formal bateu recorde em outubro e já passa de 1 milhão em 2009. Essa é a última informação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Outubro registrou a criação de 230 mil, 956 empregos formais. Até agora, fazendo a conta entre os empregos criados e as demissões, foram criados, a diferença dá 1 milhão, 163 mil, 607 vagas formais.

Na semana passada, o Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, já havia adiantado que a criação de vagas ultrapassaria 1 milhão, no acumulado do ano, até outubro. Acho que é uma notícia alvissareira para o nosso País. Todos já estão entendendo que o Brasil, quando se esperava, os analistas econômicos esperavam que o Brasil tivesse queda, ou seja, crescimento negativo este ano, vai ter crescimento positivo, alguns já falam em 2% de crescimento positivo este ano. No ano que vem mais de 5%, geração de 2 milhões de empregos formais no Brasil. Então, é uma excelente notícia, significando que o Presidente Lula quando falou, e não foi compreendido por alguns, estava correto, a sua intuição foi muito forte. E o Brasil gerará 2 milhões de empregos no ano que vem. E alguns analistas mais otimistas esperam que o Brasil, em 2016, já seja a quinta economia mundial.

Concedo um aparte ao Deputado Elton Welter.

O Sr. Elton Welter (PT)

Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. E, de fato, o povo brasileiro percebeu que a responsabilidade do Governo Lula tem dado orgulho nacional e internacional. E para o desespero da Oposição, que quando veio a crise, o Lula falou que era uma marolinha. Passou-se um tempo, o Le Monde disse que, de fato, foi uma marolinha. Hoje existe todo um investimento, uma programação internacional que vem para o País, existe consistência, há uma perspectiva real de crescimento duradouro para o País. Isso vai gerar muito emprego, certamente, e vai servir de grande mote para a sucessão do Governo Lula no ano que vem.

Obrigado.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Welter.

Por isso, acho que temos que saudar o Governo, porque é um Governo que está unindo o Brasil. O Governo do nosso partido, com muita honra, o Brasil está crescendo, é um Governo que tem programas sociais, a democracia se aprofundando a cada Conferência que o Governo convoca, de Educação, de Cultura, de Segurança, de Saúde. E ele disse ao Governo, repito, que o único País, vejam na agricultura, ao mesmo tempo em que o Governo continua ajudando e auxiliando o agronegócio, mas dando recursos, créditos, que é importante, o Governo aumentou muito o auxílio para a pequena produção familiar. A Deputada Luciana Rafagnin sabe muito bem disso, mas de seis vezes com relação ao último ano do Governo Fernando Henrique. Agora, o Governo também respeita os pobres.

Então, por isso que questiono essa sanha, esse ataque tão duro ao MST. Acho que o MST comete erros graves, como cometeu recentemente, que devem ser criticados, mas é uma representação conhecida mundialmente e tem o seu papel. É uma organização das pessoas mais pobres que lutam por uma reforma agrária, porque infelizmente o Estado brasileiro, mesmo o Governo Lula, não conseguiu fazer uma reforma agrária na agilidade que necessita. E toda a história do Brasil, ao contrário, concentrou a propriedade da terra nas mãos de uma pequena porcentagem de proprietários.

Eu também me questiono quando se fala em educação agrícola. É interessante, só se questiona vocação agrícola para o trabalhador, porque o empresário rural. Não faz mal que seja um agente financeiro, se ele tem dinheiro pode muito bem, do dia para a noite, se transformar em um empresário rural. E daí ninguém questiona a sua vocação agrícola. Agora, para uma pessoa pobre que justamente tem herança rural, porque o Brasil era um País rural há pouco tempo, tínhamos um processo de êxodo rural gravíssimo, milhões de homens perdendo as suas terras, e essas pessoas pobres, se querem voltar para o meio rural, estão fazendo chantagem, não têm vocação agrícola, são desordeiros, são pessoas malandras, são massa de manobra para o movimento que eles mesmos produzem.

Concedo um aparte a Deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Só para contribuir, Deputado, é muito importante citar aqui, V. Exa. já citou os valores que o Governo Federal, o Governo Lula, colocou na questão da agricultura familiar. O Governo Lula quando assumiu os recursos do PRONAF, que é o crédito da agricultura familiar, eram R\$ 2.4 bilhões. Hoje esse recurso está em torno de R\$ 15 bilhões. Muito mais linha de crédito, acesso mais fácil, menos burocracia.

E também junto com isso é muito importante citar, quando se fala em relação ao Movimento Sem-Terra, necessita dados na questão da quantidade do que se produziu, não está se levando em conta que muitas famílias trabalham e produzem para sobreviver na propriedade. Mas, se não estivesse lá, com certeza estaria engrossando as favelas, nas grandes Cidades.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

E a violência do tráfico que custa muito mais para o Brasil e traz muito mais violência.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Extamente Deputado. Queria dizer que o País está mudando e infelizmente muitos não gostam disso, até porque muitas pessoas também conseguiram chegar ao Poder pela miséria e desespero de muitas pessoas. E hoje está diferente, o povo tem opinião, tem tido oportunidade de trabalho, de fazer cursos profissionalizantes. Isso faz com que a pessoa se sinta cidadã e consiga caminhar com as próprias pernas.

Parabéns pelo seu pronunciamento, e mais uma vez ao nosso Governo do PT, que vem fazendo com que o País cresça cada vez mais e se torne cada vez mais um Brasil com mais igualdade social.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado. A senhora tem um vínculo muito forte com a terra, é proprietária e agricultura, parabéns e agrado a sua contribuição.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero parabenizar a Universidade Estadual de Ponta Grossa, instituição da qual tenho a honra de ser professor há bastante tempo. Comemorou no dia 6 de novembro 40 anos de universidade e 60 anos de ensino superior.

Ponta Grossa é uma das Cidades mais antigas do Paraná, foi durante muito tempo a segunda Cidade paranaense. Há 60 anos começavam as faculdades de Filosofia e de Direito. E há 40 anos foi criada a nossa universidade, que se expandiu muito. Uma universidade que, pela sua utilidade, marca muito a história de Ponta Grossa. Poucas Cidades têm uma relação tão íntima com sua universidade como Ponta Grossa tem com a UEPG. Uma universidade com diferenças, foi crescendo, demorou um certo tempo, mas hoje está completamente aberta. Fiquei 11 anos sem lecionar na universidade, mas depois que fui Prefeito e Diretor da SANEPAR,

voltei a lecionar três meses na universidade, depois de eleito até assumir o cargo. Realmente, uma revolução cada vez mais voltada para as questões concretas da comunidade que a envolve, não só a Cidade de Ponta Grossa, mas com seus braços estendidos para praticamente todas as Cidades dos Campos Gerais, com curso de extensão universitária e também *campi* avançado em várias universidades. A universidade hoje consta quase 13 mil alunos, conta com 8 mil 236 acadêmicos, no geral chegamos a 12 mil 779 alunos.

Queria parabenizar a instituição, que promove um festival muito respeitado no Brasil, FENATA, que estive agora na distribuição de prêmios na quinta-feira. Também o Festival Universitário da Canção. A universidade tem vários cursos de mestrado, que merece o nosso maior afeto. Inclusive o PT, enquanto a ABC nascia nas fábricas, lá em Ponta Grossa se expandiu para as fábricas, para as vilas. A universidade contribuiu muito, abrilhantaram o Paraná e o Brasil, como Padre José Donardi que trabalhou muito em pesquisa geológica, é considerado um dos maiores paleontólogos do mundo, teve uma relação, trabalhou 10 anos formando sucessivas gerações de jovens.

Queria manifestar meus parabéns à UEPG pelos seus 40 anos de ensino universitário.

Obrigado.

O SR. ANTONO BELINATI (PP) (Questão Ordem)

Sr. Presidente, tivemos no início da Sessão o nobre Deputado Luiz Eduardo Cheida, que fez um brilhante pronunciamento sobre o problema que afeta o atendimento na área médica, principalmente o pessoal que é beneficiado do SUS, ou seja, população de baixa renda, em resumo, o atendimento médico para os pobres.

Está havendo um impasse entre Prefeitura e plantonistas e quero aqui pedir permissão para endossar as palavras do nobre Deputado Cheida e fazer votos que o Prefeito, a Associação Médica, as lideranças dos médicos, os Vereadores, as Lideranças de Londrina sentem-se à mesma mesa, com os espíritos desarmados, e cada um, com boa vontade, busque uma solução para esse problema. Esse final de semana já morreu um bebê por falta de atendimento, e acho que a partir do momento em que eles estiverem reunidos à mesma mesa, buscando uma solução para esse impasse, quem vai lucrar é a população.

Não a população privilegiada financeiramente, mas a população que depende de um atendimento nos plantões, um atendimento através do SUS, gratuito, que na verdade não é bem gratuito, porque no salário do trabalhador já é descontada uma contribuição para a Previdência. Mas enquanto persistir esse não atendimento, que em resumo não é grave, eu estava ouvindo hoje o Ricardo, que é proprietário da Rádio Paiquerê FM, e ele estava clareando bem: não é uma greve, os médicos não quem mais prestar este tipo de serviço, então é de extrema gravidade!

Como disse o Deputado Cheida, queira Deus quem com boa vontade de cada uma das partes possamos ter um final nesse impasse, que é a primeira vez que ocorre em toda a história de Londrina, para evitar que continuem ocorrendo mais mortes, ou que pessoas que estejam gravemente enfermas voltem para casa sem atendimento!

É um apelo dramático que fazemos aqui, para que prevaleça o bom senso e eles possam por fim a este clima de desentendimento e a população de baixa renda volte a ter esse atendimento médico tão importante.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, apenas para, na condição de Presidente da Comissão de Saúde desta Casa, somar-se ao pronunciamento dos Deputados Cheida e Antonio Belinati. Realmente a população de Londrina vem, no últimos dias, passando por momentos dramáticos. É fundamental que a Prefeitura, a Associação Médica, os diretores dos hospitais, todos os envolvidos nesse processo sentem à mesma mesa, dialoguem com os espíritos desarmados para que possam chegar à uma solução em que a beneficiada, ou pelo menos a não prejudicada, seja a população de Londrina, principalmente a população mais carente que é quem depende do atendimento nos prontos-socorros, na Santa Casa e do Hospital Evangélico de Londrina.

Ainda gostaria de dizer, Sr. Presidente desta Sessão, Deputado Pastor Edson Praczyk, que na condição de Presidente da Comissão de Saúde protocolei hoje no Ministério da Saúde, no seu órgão aqui no Paraná, um pedido de aporte de R\$ 1 milhão e 600 mil para que o Município de Londrina possa ter condições financeiras de arcar com esta falta de recursos que esta gerando toda a crise pela qual a Saúde de Londrina está passando.

E mais uma vez aproveitar também o ensejo, já que estamos falando de Saúde Pública, para defender a regulamentação da Emenda nº 029, que é aquela que, como sabe o Deputado Cheida que é médico, o Deputado Belinati que já foi Prefeito, é a emenda que regulamenta os investimentos na área de Saúde. A partir do momento que a Emenda nº 029 estiver devidamente regulamentada, o Município terá que investir 15% da sua receita líquida em Saúde, os Governos Estaduais terão que investir 12% em Saúde para a população mais carente e o Governo Federal 10%. então temos que cobrar do Congresso Nacional a regulamentação da Emenda nº 029, em nome da Saúde Pública neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Devidamente registrado.

Ordem do Dia:

Esta encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 109/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando a inclusão de anteprojeto de lei objetivando alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 14260, de 22/12/03, (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA), assim como aprovar tabela de preços médios de veículos a ser utilizada como base de cálculo do referido imposto para o exercício de 2010. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 09, 10, 11 e 12/11/09, por motivos de repouso médico após cirurgia, conforme atestado. **À Comissão Executiva.**

Ofício nº 238/09, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 16/11/09, por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando suas bases eleitorais. **À Comissão Executiva.**

Indicação nº 924/09, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção do Hospital Regional Metropolitano Norte, visando atendimento a população da Região Metropolitana de Curitiba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 925/09, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a liberação de 01 (uma) ambulância para o Município de Jaguariaíva. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 5506, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Ordinárias dos dias 17 e 18 de novembro do corrente ano, em virtude de viagem a Brasília para participar do Congresso da Confederação Nacional das Indústrias, representando este Poder na condição de Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5507, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 16 de novembro do corrente ano, por estar representando esta Casa em Brasília. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 441/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 070/09, que objetiva o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Maringá. **Aprovada. (Publ. no DA n° 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 444/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 073/09, que fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação ao Município de Califórnia, de área com 720 m2, com edificação, conforme especifica. **Aprovada. (Publ. no DA n° 101/09, de 01/09/09, em Mensagens).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 504/09, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que declara de utilidade pública a Fundação Iguassu, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovada. (Publ. no DA n° 110/09, de 22/09/09, em Projetos de Lei).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 553/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública à AMAVIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista, com sede e foro na Cidade de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 553/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a AMAVIG - Associação de Moradores e Amigos da Vila Gusso - Boa Vista, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 10/11/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

O SR. ARTAGÃO JUNIOR (PMDB) (Questão de Ordem)

Soube que mais uma vez foi abordado o assunto da COPEL, da Fundação COPEL e da Comissão de Fiscalização. Só gostaria de comunicar à Presidência e aos Parlamentares que já convocamos, por orientação do Deputado Romanelli, Durval Amaral e Elio Rusch, uma reunião para a próxima quarta-feira, convocando o Presidente da Fundação COPEL para aqui estar, às 10h da manhã na sala das comissões. Já protocolada está a convocação dele desde a semana passada. É fato que ainda não foi localizado. Isto é uma preocupação que temos, mas de qualquer forma a convocação está feita, a Comissão de Fiscalização pede desde já a participação de todos os membros e de todos aqueles Parlamentares que assim desejaram para somarem conosco nesse processo de investigação e esclarecimento de todo esse processo, principalmente buscando a resposta à sociedade que todos nós devemos dar.

Então, na próxima quarta-feira, a Comissão de Fiscalização estará aguardando a presença do Presidente da Fundação COPEL. Ainda não está confirmado - o Deputado Romanelli me pergunta se ele já confirmou ele não foi localizado ainda. Mas publicamente, através da TV SINAL, através desta Casa de Leis, já comunicamos também a imprensa desta convocação. A COPEL também já foi comunicada dessa convocação ao Presidente da Fundação COPEL. Esperamos que ele, como Presidente da Fundação, como servidor público, como cidadão, venha a esta Casa de Leis explicar tudo aquilo que precisamos saber de todo esse processo emblemático que tem ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Não é questão de ordem, porém devidamente registrado e devidamente informado aos Srs. Parlamentares.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 571/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Lar Batista Paranaense - LBP, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA n° 122/09, de 14/10/09, em Projetos de Lei).**

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Até para contribuir, eu estava aqui no Plenário, ouvi há pouco o Deputado Artagão.

Deputado Artagão, V. Exa. falou que não foi possível ainda localizar o Edilson Bertholdo, oficialmente. Só quero informar essa Presidência e ao Deputado Artagão, o Edilson Bertholdo entrou em contato conosco através dos sindicatos inclusive, porque eu conheço o Presidente do Sindicato, do SENGE, estará aqui na Assembleia agora às 17h30, falou que nos procuraria.

Já falei isso hoje. Não sabia que V. Exa. o havia convocado. Afirmou textualmente que faz questão de vir à Assembleia Legislativa. Não sabia que a convocação dele era para esta quarta-feira, em plenário, ou na comissão. Mas faz questão de vir aqui, até porque ele tinha preocupação de que fosse retirado o pedido para que ele pudesse vir.

Estou afirmando a V. Exa. e ao Deputado Artagão, o Presidente da Fundação COPEL estará na Assembleia, vem informalmente, mas já de antemão acabou de ligar dizendo que faz questão de vir aqui às 10h, nesta quarta-feira.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

No mesmo tema, Sr. Presidente, queria aproveitar o embalo dessa reunião de quarta-feira, já que o Presidente da Fundação COPEL aqui virá, na Comissão de Fiscalização e Controle, que ele, se possível, trouxesse também os resultados da aplicação dos recursos da Fundação COPEL junto ao Banco Santos. Porque sabemos que a Fundação COPEL investiu demasiadamente no Banco Santos, e vamos saber qual foi o real prejuízo que a Fundação e seus associados tiveram por conta das aplicações financeiras da Fundação no mercado financeiro brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que dispõe que é de responsabilidade das farmácias, drogarias e drugstores das indústrias farmacêuticas e das empresas de distribuição de medicamentos, dar destinação adequada a medicamentos com prazos de validade vencidos e adota outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CICT E CS. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre o afastamento de professores estaduais para frequentar cursos de pós-graduação ou doutorado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. COM EMENDAS DA CCJ.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 257/09

Em atendimento ao artigo 137, parágrafos 4º e 7º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificada, corretivamente, a redação do artigo 1º do Projeto de Lei nº 257/09, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º O professor(a) estadual concursada, integrante do quadro próprio do magistério, poderá requerer afastamento, com vencimentos integrais, durante dois anos, para frequentar cursos de pós-graduação em nível de mestrado, ou quatro anos para capacitação em nível de doutorado.”

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

Apoioamento:

Jocelito Canto, Mauro Moraes, Péricles de Mello, Nereu Moura e Mario Roque.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação da emenda.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre o serviço de transporte intermunicipal de cadáveres. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 390/09

Art. 1º Altera a redação do artigo 2º e inclui parágrafo único no artigo 2º do Projeto de Lei nº 390/09, que autoriza o Estado do Paraná a quitar os créditos que detém junto ao Estado de Alagoas, com a seguinte redação:

“Art. 2º As leis municipais que dispuserem sobre o serviço funerário não poderão assegurar às empresas locais a exclusividade no transporte de cadáveres para fora dos respectivos Municípios, desde que velados e sepultados na Cidade de residência.

Parágrafo Único. As empresas com sede no Município da residência do de cujus é que poderão fazer o transporte intermunicipal. Se a família não optar pela funerária de residência do de cujus, deverá ser utilizada uma funerária do Município onde faleceu em casa, hospital ou IML, observando as leis municipais de cada um dos Municípios paranaenses.”

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Teruo Kato, Dobrandino da Silva, Nereu Moura, Luiz Eduardo Cheida e Mauro Moraes.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente emenda acrescenta o artigo 3º, ao Projeto de Lei nº 390/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, conforme redação a seguir, renomeando o artigo seguinte:

“Art. 3º A presente lei não se aplica quando os serviços funerários forem realizados por Autarquias Municipais.”

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoioamento:

Valdir Rossoni, Durval Amaral, Elio Rusch e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Em alguns Municípios do Estado os serviços funerários são realizados por autarquias municipais. Deste modo, não havendo funerárias particulares, não há que se falar nem em opção diversa e nem em concorrência agressiva entre fornecedores que possa ofender as famílias enlutadas.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 03

Altera o artigo 2º do Projeto de Lei nº 390/09, de nossa autoria, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As leis municipais que dispuserem sobre o serviço funerário não poderão assegurar às empresas permissionárias ou concessionárias locais ou exclusividade no transporte de cadáveres para fora dos respectivos Municípios, tampouco impedir a livre escolha entre elas por parte do consumidor.”

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) JOCELITO CANTO

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Péricles de Mello, Professor Lemos e Luiz Eduardo Cheida.

JUSTIFICATIVA:

O transporte de cadáveres, assim como a prestação do serviço funerário e afins, conta com um comércio abundante em todos os Municípios do Estado. Ocorre que as famílias, nesta hora difícil, acham por bem contratar o serviço funerário em seu Município, que difere do local do óbito, em razão dos custos e facilidades de negociação. Tal emenda, visa assegurar tal direito de escolha.

EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 04

Altera o artigo 2º do Projeto de Lei nº 390/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º No caso em que o corpo seja encaminhado ao IML (Instituto Médico Legal), o atendimento contido no artigo 1º somente poderá ser prestado por empresa funerária sediada na Cidade onde se encontra o IML, por empresa da Cidade onde residia o falecido, ou onde será sepultado.”

Sala das Sessões, em 16/11/09.

(a) DURVAL AMARAL

Apoioamento:

Dobrandino da Silva, Edson Strapasson, Professor Lemos, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Luiz Eduardo Cheida, Péricles de Mello, Valdir Rossoni e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem por objetivo acabar com os casos de disputa por cadáveres e a ação de agenciadores que atuam nos hospitais, IMLs, casas de repouso, etc, protegendo assim as famílias enlutadas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Esse projeto, que é de nossa autoria, dispõe sobre o serviço de transporte intermunicipal de cadáveres. Nós, naquela Audiência Pública, aconteceram quatro emendas, e entendemos por bem, todos os Deputados que participaram dessa Audiência Pública, que era preciso também receber essas emendas.

Essas quatro emendas que V. Exa. acaba de se referir são emendas propostas pelos Deputados Antonio Belinati, Durval Amaral, Romanelli e uma por nós também.

Essas emendas voltam à CCJ para discutir a questão da constitucionalidade, e depois regressam aqui para discutir o mérito.

É importante dizer que é um apoio, um respeito àquela Audiência Pública, e acima de tudo, Sr. Presidente, temos que deixar aqui que essa é uma lei que está sendo discutida com todos os segmentos envolvidos neste caso.

É uma questão de transparência desta Casa para com todas as pessoas ligadas a esse tema. Recebemos até emendas que são contrárias ao projeto para voltar e continuar a discussão, demonstrando total transparência nessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para apreciação das emendas.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 415/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui no calendário oficial do Estado do Paraná, o Dia do Funcionário de Escola, a ser comemorado anualmente, no dia 07 de agosto. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 423/09, do autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 354/09, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças, no âmbito de suas atribuições, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 096/09, de 24/08/09, em Ofícios)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 423/09

P A R E C E R :

1. Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 423/09 de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por escopo dispor sobre o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos, a comunicação de atos e transmissão de peças processuais, na forma instituída pela Lei nº 11419/06.

Porém a necessidade de complementação ao projeto de lei, acrescentando o artigo 4º, parágrafo único, onde assevera que o Tribunal de Contas manterá periódico, em meio eletrônico, disponibilizado em sítio oficial na rede mundial de computadores, para publicação de seus atos e comunicação em geral. O conteúdo das publicações deverá ser assinado digitalmente com base em certificado emitido autoridade certificadora credenciada.

Acrescenta-se também o artigo 5º, onde estabelece que com a publicação desta lei, revoga-se a Lei Estadual nº 14704, de 01/06/05, e o artigo 56, da Lei Complementar nº 113/05.

2. Competência e Previsão Legal

É indispensável o dever da análise no aspecto constitucional, onde, vislumbra-se que a matéria tratada é de iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vez que, a competência administrativa está respaldado pela Constituição Federal, onde assevera as mesmas competências atribuídas ao Tribunal de Justiça.

Observamos que a Constituição Federal no artigo 96, inciso I, alínea “a” e inciso II, assegura prerrogativa para o Tribunal de Justiça, da mesma forma, ao Tribunal de Contas, legislar sobre a matéria do projeto de lei, assim vejamos:

Art. 96. Compete privativamente:

I - aos Tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no artigo 169:

O artigo 65 e 101, inciso I, alínea “d” da Constituição do Estado do Paraná asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, da mesma forma, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, iniciativa para propor leis complementares para a referida aprovação na Assembleia Legislativa.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos em lei. (grifo nosso).

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal.

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;

Assim, fica demonstrado que o Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná obtém competência administrativa para propor projeto de lei, para dispor sobre o uso de meio eletrônico para tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais.

O artigo 1º, parágrafo 1º da Lei Federal nº 11419/06, dispõe sobre a informatização do processo judicial por meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será aplicado, indistintamente, aos processos civil, penal e trabalhista e, da mesma forma, aos juizados especiais.

O artigo 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 113/05, assegura autonomia administrativa e financeira ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, propor projetos de lei sobre a matéria *in loco*:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

I - elaborar e aprovar o Regimento Interno e normas de procedimento administrativo; (grifo nosso).

Assim, o projeto de lei em análise atende aos ditames legais, não encontrando óbice no que tange à sua constitucionalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei apresentado não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência administrativa do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

3. Conclusão

No que concerne à legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 423/09

P A R E C E R :

Art. 1° O Tribunal de Contas do Estado do Paraná adotará o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos, a comunicação de atos e a transmissão de peças processuais, no âmbito de suas atribuições, na forma instituída pela Lei n° 11419, de 19/12/06 e no Código de Processo Civil.

Parágrafo Único. O sistema eletrônico utilizará, preferencialmente, a rede mundial de computadores com acesso ininterrupto, por meio de redes internas e externas, priorizando a padronização, registro dos atos em arquivo inviolável, e conterà assinatura eletrônica em todos os atos processuais, na forma da legislação específica.

Art. 2° Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida na Lei n° 11419/06, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Art. 3° O processo eletrônico será disciplinado pelo Regimento Interno do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único. Os autos dos processos eletrônicos deverão ser protegidos por sistemas de segurança de acesso e armazenados em meio que garanta a preservação e integridade dos dados.

Art. 4° O Tribunal de Contas manterá periódico próprio, em meio eletrônico, disponibilizado em sítio oficial na rede mundial de computadores, para publicação de seus atos comunicações em geral.

Parágrafo Único. O conteúdo das publicações de que trata este artigo deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma da lei específica.

Art. 5° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Estadual n° 14704, de 01/06/05, e o artigo 56, da Lei Complementar n° 113, de 15/12/05.

Sala das Comissões, em 03/11/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 423/09

P A R E C E R :

O projeto de lei complementar em análise, de autoria do Tribunal de Contas, tem como objeto instituir a adoção do meio eletrônico para a tramitação de processos, utilizando-se da internet para a comunicação de atos e

transmissão de peças processuais. Para isso, prevê a implementação da regulamentação do processo eletrônico pelo Regimento Interno da Corte.

Distribuído a esta Comissão para que, regimentalmente, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que não há óbice algum à prosperidade do presente projeto. Isto porque a própria mensagem traz a justificativa de que a despesa proveniente da implementação da proposição está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2009, na meta implementar infraestrutura para utilização de tecnologia de certificação digital, o que reveste a proposição de legalidade em face à Lei Complementar n° 101/00.

Ademais, as medidas previstas na proposição em tela certamente imprimirão maior celeridade e agilidade aos atos processuais no âmbito do TCE/PR, além de reduzirem custos na medida em que todos os atos se darão na forma digitalizada, por meio eletrônico.

Assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar n° 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11/11/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Para dizer que esse projeto que será votado agora, de autoria do Dr. Batista, ele institui a Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal. É um projeto importantíssimo, um texto muito bem redigido, a Comissão de Saúde deu parecer favorável e unânime a esse projeto. Quero fazer um apelo para que esta Casa aprove o projeto do Dr. Batista, e vai ajudar muito no esclarecimento das gestantes para que não consumam bebida alcoólica durante a gravidez, já que isso pode causar danos irreparáveis ao feto e ao futuro bebê.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 141/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui a Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. (Publ. no DA n° 031/09, de 07/04/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 141/09

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, visa instituir a Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal, no Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria para se manifestar acerca da constitucionalidade, concluímos não haver óbice à normal tramitação do projeto, entendendo pela constitucionalidade e legalidade do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14/07/09.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 141/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui a Campanha de Prevenção à Síndrome Alcoólica Fetal.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da douda Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de levar às gestantes informações sobre o perigo que o álcool traz ao bebe durante a gestação.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/11/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. DR. BATISTA (PMN) **(Para Encaminhar)**

Estava ouvindo o Presidente da Comissão de Saúde, Deputado Ney Leprevost, sobre a importância desse projeto. Sabemos que a gestante que faz uso abusivo do álcool, um copo de cerveja já é suficiente para que essas crianças tenham um distúrbio de comportamento impressionante, um distúrbio neuropsiquiátrico. As pessoas, quando começam a entrar na fase da adolescência, têm um mau comportamento na escola, herdado por uma mãe que fazia uso abusivo de álcool.

Nos Estados Unidos, quando já existia esse projeto, as pessoas falavam muito não só no uso do álcool, qualquer uso abusivo, seja cocaína, heroína, maconha, inclusive o álcool, que traz danos e lesões neurológicas de grande calibre para que essas crianças tenham distúrbio de comportamento e não consigam sequer o raciocínio para que se desenvolvam e sejam grandes homens nesta Nação.

É o apelo que fazemos através desse projeto, que é preventivo, que todas as mães, principalmente as jovens que estão grávidas, jamais usem álcool, porque as consequências são lamentáveis.

O SR. PRESIDENTE **(Pastor Edson Praczyk)**
Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE **(Pastor Edson Praczyk)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 5527, de autoria Deputado Valdir Rossoni, com apoioamento dos Deputados Luiz Carlos Martins, Augustinho Zucchi e Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pastor Edson Praczyk)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 5529, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE **(Pastor Edson Praczyk)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 5508, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE **(Pastor Edson Praczyk)**
Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 5532, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Para Encaminhar)**
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de pedir a atenção dos nobres Parlamentares, porque os servidores públicos do Ministério do Trabalho estão fazendo uma reivindicação, uma manifestação popular através inclusive de greve. É a primeira vez que os servidores públicos do Ministério do Trabalho fazem esta reivindicação, através desta ferramenta, e o Ministro Carlos Lupi, Ministro do Estado do Trabalho e Emprego, também está fazendo este projeto, está encaminhando este projeto ao Governo Federal.

Neste momento gostaria de pedir o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para com os servidores públicos, apoiando nas reivindicações com relação à reestruturação dos cargos efetivos, dos Planos de Cargos e Salário, estaremos encaminhando esta moção de apoio ao Ministério do Estado de Trabalho e Emprego em Brasília.

Sr. Presidente, peço o apoio dos nobres Parlamentares.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, sou favorável ao requerimento, até porque está tudo em casa. É o PDT, é o Senador Osmar Dias, que é Senador do PDT, está tudo em casa. Então, se tem movimento, se tem greve, se tem manifestação dos servidores, é porque está tudo em casa. Não tem problema nenhum. É o PDT, é o Osmar Dias, são os servidores. Está tudo resolvido. Então, meu voto é favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 5525, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5524, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 5503, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.**

Concedemos a palavra à Deputada Cida Borghetti, para encaminhar.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Para Encaminhar**)

Apenas para ressaltar a importância desta premiação internacional, concedida pela ONU no Município de Maringá, em razão da abertura que o Prefeito Silvio Barros, desde o seu primeiro mandato, foi reeleito, está cumprindo seu segundo mandato, em abrir para que a própria comunidade de Maringá, bem como o Observatório Social, mantido pela sociedade eticamente responsável, o SER, em razão desta premiação tão importante.

O Prefeito Silvio Barros garantiu à sociedade e aos gestores públicos, através desta inovação importante, visando a transparência, envolvidos também na administração do Município de Maringá.

Quero aqui parabenizar por essa premiação ao Prefeito Silvio Barros, ao Observatório Social de Maringá, na pessoa do Sr. Ariovaldo Costa Paulo, porque é muito importante. Hoje vivemos este momento de transparência e a população deve, sim, opinar.

Então, queria apenas deixar aqui consignado e colocar a esta Presidência.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 5498, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Há um requerimento que eu recém pedi para discutir, que é um envio de expediente para o PROVOPAR Estadual, é um pedido formulado por V. Exa. e como é uma solicitação de atendimento a uma demanda, quero aqui retirar o pedido de adiamento e encaminhar pela aprovação. Uma homenagem até a V. Exa., que está exercendo a presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Agradeço a V. Exa.

Em votação o requerimento. Em discussão. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 5463 a 5466, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar esta Casa que na manhã de ontem a FENASEG, que é presidida pelo ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, realizou um belo ato ecumênico no Parque Barigui, junto com ONGs que atuam no Brasil e no exterior, em memória das vítimas do trânsito. E nesta oportunidade o Prefeito de Curitiba, Carlos Alberto Richa, anunciou que a Cidade irá ganhar um memorial das vítimas de trânsito, porque temos que fazer com que permaneça na mente de cada jovem, de cada pessoa, a necessidade de controlarem a velocidade quando estiverem dirigindo, e também de evitarem dirigir quando consumirem bebida alcoólica.

Portanto, quero cumprimentar a Prefeitura de Curitiba por este memorial que foi lançado ontem, e cumprimentar a FENASEG, através do Dr. João Elísio Ferraz de Campos, por ter patrocinado esse belíssimo ato ecumênico ontem no Parque Barigui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Não há questão de ordem a ser julgada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para cumprimentar o extinto BANESTADO, o falecido Banco do Estado do Paraná, que mesmo depois de falecido, parece ter inspiração de outro mundo e continua patrocinando eventos no Estado do Paraná. Parabéns ao falecido BANESTADO, que vem do outro mundo e continua patrocinando eventos aqui no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimentos n°s 5468 a 5481, 5483 a 5496, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5499, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5500, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5505, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 5509 a 5517, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5523, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 5526 e 5534, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5528, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoio dos Deputados Marcelo Rangel, Elton Welter e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 5530, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5531, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 5533, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 256, 447 e 559/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 423/09 e do Projeto de Lei n° 141/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 473, 529 e 580/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - das proposições n°s 056 e 068/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Atos

ATO DO PRESIDENTE N° 006/09

O Presidente da Assembleia Legislativa do estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Constituída a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da Rodovia BR-277, composta por Deputados dos partidos com assento nesta Assembleia Legislativa que queiram integra-la, com o objetivo de congregar forças na luta pela duplicação da BR-277, no trecho entre os Municípios de Medianeira e Cascavel, a referida Frente Parlamentar somar-se-á ao movimento de setores organizados da sociedade civil que lutam pela urgente execução desta obra, tanto pela sua contribuição para desenvolvimento regional quanto pela defesa da vida, pois a falta da duplicação tornou esse trecho da BR-277 uma das rodovias mais perigosas do País.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

ATO DO PRESIDENTE N° 007/09

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XIII do artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Constituída a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social, composta por Deputados dos partidos com assento nesta Assembleia Legislativa que queiram integra-la, com o objetivo de congregar forças na luta pela implementação da política de Assistência Social como Política Pública que assegure a Proteção Social aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/11/09.

(a) NELSON JUSTUS

Atas de Comissões

Constituição e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do

Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Artagão Júnior, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri e Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 438/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 520/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 720/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 726/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. O Sr. Deputado Tadeu Veneri, relator, acolhe o voto em separado do Deputado Reni Pereira, FAVORÁVEL na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 092/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 730/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Artagão Júnior - APROVADO. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 333/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 333/09, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - REJEITADO. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Tadeu Veneri, Artagão Júnior, Francisco Bühner e Jocelito Canto votaram contrariamente. Os Srs. Deputados Douglas Fabrício, Reni Pereira e Ademar Traiano votaram favorável ao parecer. O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição-Veto Parcial nº 068/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Proposição do Veto Parcial nº 068/09, de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 515/08 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto ao encaminhamento à Plenário - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nº 584/09 e 532/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Deputado Nereu Moura; 09) Projeto de Lei nº 584/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 532/09, de autoria do Deputado Nelson Justus - Altera dispositivos da Lei nº 16016/08. Os Srs. Deputados Tadeu Veneri, Jocelito Canto e Douglas Fabrício SOLICITAM VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Presidente para a presidência ao Sr. Deputado Caíto Quintana. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de

preferência de votação ao Projeto de Lei nº 581/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 581/09, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 490/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 490/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 107/08, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO. O Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 583/09. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 583/09, de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Douglas Fabrício SOLICITA VISTA - CONCEDIDO pelo Presidente. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 139ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 292/09, 084/09 e 357/09, e ao Projeto de Resolução nº 015/09, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA

ATA DA 140ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final

aos Projetos de Lei n.ºs 227/09, 347/09 e 316/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 141ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 350/09, 001/09 e 280/09, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 142ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 375/09 e 385/09, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 143ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado

Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 028/09 e 053/09, e ao Projeto de Resolução n.º 016/09, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 144ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 366/09, 360/09 e 381/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 145ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 100/09, 281/09, 389/09 e 400/09, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

Publicações Administrativas:**Resumos de Pregões**

RESUMO DE PREGÃO N° 017/09

Protocolo: 12607/09

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR	PROTOCOLO DE PGTO
1	Luiz Fernando Neris	80 Fita corretiva para máquina IBM 6746/6783; 200 Caixas de grampo para grampeador 26/6, cada caixa com 5.000 unidades.	R\$ 1.294,80	13.741/09
2	Brayannet Informática Ltda - ME	10 Cartuchos para impressora HP, código C6658A (58) fot cinza 17 ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 12 Toner para impressora HP, código CE505A, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado.	R\$ 3.020,00	13.704/09

Em 05/11/09.

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

(aa) Marcelo Gonçalves Cordeiro - Pregoeiro
Luci Martins Azevedo - Equipe de Apoio
Dante Antonio Lechinski - Equipe de Apoio

RESUMO DE PREGÃO N° 019/09

Protocolo: 12569/09

LOTE	EMPRESA VENCEDORA	ESPECIFICAÇÕES	VALOR	PROTOCOLO DE PGTO
1	WWS Comércio de Suprimentos de Informática Ltda.	30 unidades de cartuchos para impressora HP, código C9363 (97) WL color 14 ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 30 unidades de cartuchos para impressora HP, código C8767 (96) WL preto 21 ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado. 20 unidades de cartuchos para impressora HP, código C6614 (20) NL preto 14 ml, original da marca do fabricante da impressora, não recarregado e não remanufaturado.	R\$5.499,00	13.992/09

Em 11/11/09.

Diante do exposto, solicito que o presente seja encaminhado ao Sr. Diretor Geral para autorizar a publicação do resultado do referido Pregão Eletrônico.

(aa) Marcelo Gonçalves Cordeiro - Pregoeiro
Luci Martins Azevedo - Equipe de Apoio
Dante Antonio Lechinski - Equipe de Apoio